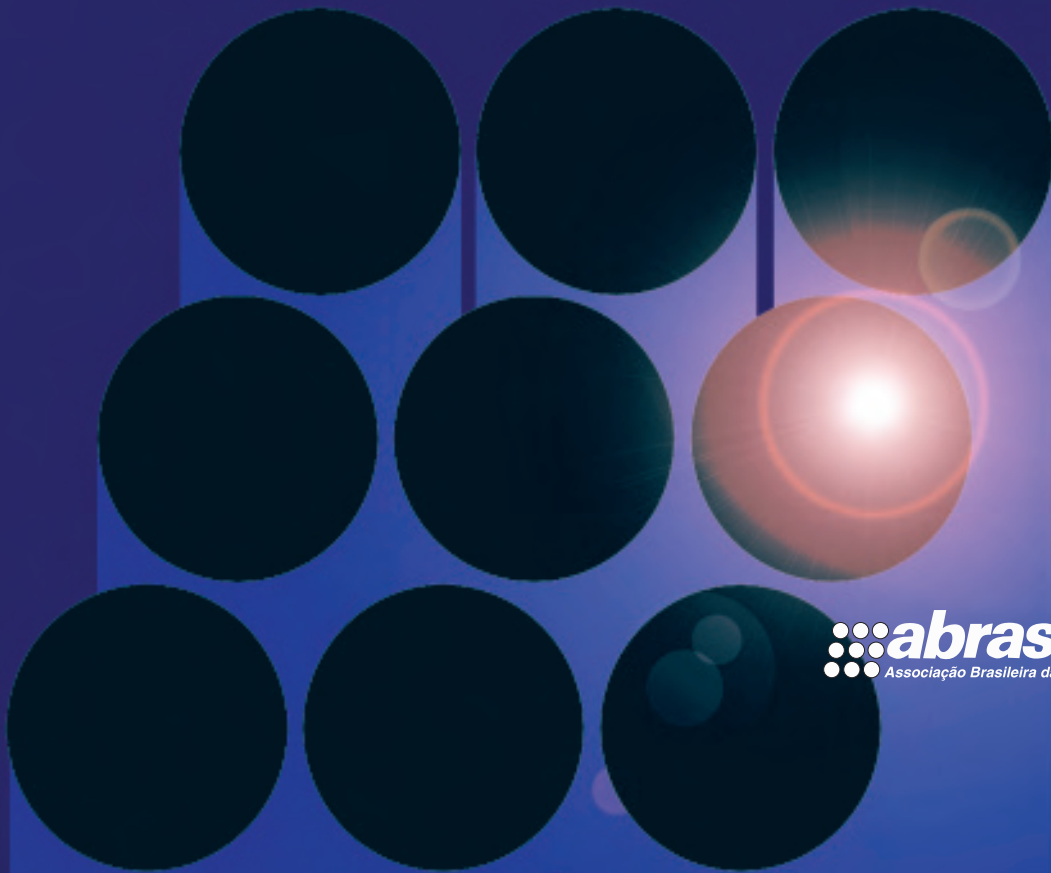
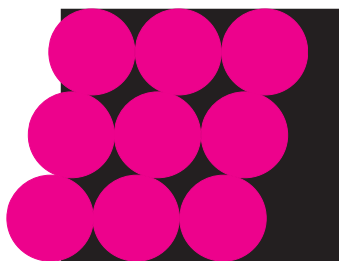


# RELATÓRIO DA DIRETORIA 2006



 **abrasca**  
Associação Brasileira das Companhias Abertas



## MENSAGEM DO PRESIDENTE

### MILITÂNCIA DIÁRIA PELO MERCADO

A Abrasca iniciou suas atividades em um período em que o mercado acionário brasileiro estava saindo de um “boom”, em que foram atraídos investidores de todos os tipos e empresas de todos os setores. O nível de visibilidade das operações e do desempenho das próprias empresas, contudo, era reduzido a um ponto que se pode considerar quase inacreditável, principalmente para os que chegaram ao mercado a partir dos anos 80.

O fato é que na época do nascimento da Abrasca, poucos estavam preocupados com os percalços que poderiam advir do crescimento explosivo do mercado. O país estava em pleno milagre econômico e não parecia haver limites para a expansão.

Entre os poucos que então se preocupavam com o “day after” estava um grupo de empresários, executivos e especialistas, que viu a necessidade de se estruturar uma entidade como a Abrasca, para representar as companhias abertas e lutar por mecanismos que assegurassem o crescimento do mercado acionário sobre bases sólidas.

A Abrasca nasceu, portanto, vocacionada para uma forte militância institucional em favor do mercado e, conseqüentemente, da economia brasileira. As empresas que se juntaram para constituir a Abrasca foram e são militantes pelo fortalecimento institucional do mercado.

Controladores de empresas e executivos colocaram à disposição do mercado seus conhecimentos, talento e tempo, em defesa das posições das companhias abertas, da disseminação ampla e organizada das informações sobre todos os aspectos do setor e da ampliação segura do leque de investidores em ações. Como presidente da Abrasca, eu próprio me orgulho de ter contribuído com pelo menos 10 anos de dedicação, seguindo o exemplo de representantes de importantes grupos empresariais.

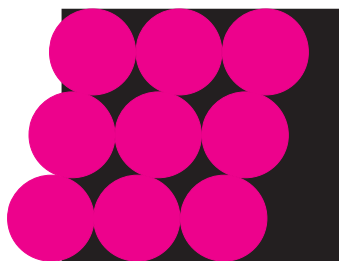
Todos foram, e são, defensores de um mercado seguro e transparente, em crescimento constante. Nos momentos de crise, militaram pela eliminação das falhas que possibilitaram o surgimento das mesmas crises, em busca de legislação e regras que dessem aos investidores e às próprias empresas mais confiança em relação às aplicações em ações e à presença nas bolsas.

Há uma longa lista de inovações e avanços resultante desta militância, que dá ao mercado a face que ele tem hoje – face esta, obviamente, em permanente construção.

Nunca houve uma crise, desde a criação da Abrasca, em que se registrasse omissão por parte das empresas a ela filiadas e umbilicalmente ligadas aos seus princípios. Em todos os casos, nos períodos mais turbulentos, elas estiveram na linha de frente pelo reerguimento do mercado, sobre novas e melhores bases.

Foi o que se deu na crise de junho de 1989, quando a Abrasca lutou por soluções que evitassem a repetição do que então ocorreu. Uma das propostas foi a de manter em empresas independentes os serviços de liquidação e custódia, melhorando o nível de segurança do sistema.

Entre os exemplos do sucesso do engajamento da Abrasca nas causas do mercado figuram, por exemplo, a própria criação da CVM. Até ali, as funções que ela teria eram exercidas pelo Banco Central. Faltava um órgão regulador específico, que tratasse com exclusividade das demandas próprias do mercado. O Brasil também não tinha uma Lei das Sociedades Anônimas (Lei das S.A.) para reger o mercado de capitais. A Abrasca militou incansavelmente por estes dois pilares que deram parâmetros para o Brasil dispor de um ambiente adequado para a negociação de ações.



A entidade também foi uma das mais atuantes na adoção das ações escriturais. O mar de papel, com toda a insegurança implícita no velho sistema, com suas idas e vindas, pôde ser finalmente contido e transformado em um sistema de títulos de posse moderno, dando nova velocidade aos trâmites típicos do mercado.

Posteriormente, a Abrasca se engajou no processo de alteração na Lei das S.A., tornando-a indispensável pelas mudanças que o tempo imprimiu na economia real. Várias de suas propostas foram incorporadas ao texto final da nova lei, mais compatível com um mercado que em 2006 teve volume médio diário de US\$ 1,120 bilhão, mais de três vezes superior ao registrado apenas 12 anos antes. O número de negócios, na média diária, foi de 87,488 mil, quase nove vezes maior que de 1994, quando o setor passou a crescer em bases mais parecidas com as atuais. Observe-se que naquela época os investidores pessoa física representavam menos de 10% do mercado – em 2006, o percentual deles era de 24,6%.

Outro front no qual a Abrasca se orgulha de ter lutado foi o da adoção do sistema de pagamento de juros sobre capital próprio, uma tese histórica, que se tornou vitoriosa e reduziu substancialmente os custos das companhias abertas.

Em seu trabalho ao longo do tempo, a Abrasca também manteve sistemático entrosamento com a CVM, o Banco Central e a Secretaria de Receita Federal, levando-lhes propostas, discutindo temas relevantes para o mercado e apontando soluções.

À luz deste entrosamento, sempre que surgiram questões que pudessem, de uma maneira ou de outra, afetar as companhias abertas e os investidores, a Abrasca promoveu encontros com autoridades, seminários com a presença de especialistas e de representantes de órgãos governamentais, além de palestras técnicas, de forma a dar consistência a todos os debates que envolvessem o mercado.

Foi assim no caso da adaptação das regras contábeis brasileiras às normas internacionais, mais necessária e urgente na medida em que já são 71 as companhias brasileiras com programas de American Depositary Receipts (ADRs), no valor total de R\$ 228,7 bilhões. A Abrasca sempre defendeu a harmonização das normas, naturalmente respeitadas as características estruturais das empresas brasileiras.

Não é, contudo, o caso de nos deitarmos sobre os louros. O crescimento e a própria velocidade das mudanças do mundo atual exigem de todos os participantes do mercado, neste momento, a expansão e o fortalecimento do espírito de militância que pautou a Abrasca. Vemos órgãos, como a CVM, imbuídos deste espírito, do qual é emblemático o seu sério programa de orientação, educação e proteção do investidor. A Bovespa, igualmente, mantém projetos destinados a atrair, de maneira responsável, as pessoas dispostas a investir no setor produtivo, por intermédio de títulos de empresas.

É indispensável que os que lutaram pelo mercado desde a primeira hora e hoje contemplam os bons frutos de tanto trabalho, renovem diariamente o compromisso com o aperfeiçoamento do mercado de capitais brasileiro. E é indispensável, sobretudo, que aqueles que estão chegando agora mirem-se no exemplo dos que construíram o ambiente acionário atual. É indispensável que abracem a mesma militância, porque, se não houver investimento permanente no desenvolvimento dos instrumentos do mercado, a realidade em constante mutação vai torná-los obsoletos e muito do que foi conquistado, com tanta luta, poderá ser perdido.

## CONSELHO DIRETOR E DIRETORIA DA ABRASCA 2005/2007

### CONSELHO DIRETOR

ADILSON MARTINELLI  
Arcelor Brasil S.A.

AGUINALDO DINIZ FILHO  
Cia. de Fiação e Tecidos Cedro Cachoeira

ALDO VINCENZO BERTOLUCCI  
Pirelli S.A.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL  
Banco Itaú S.A.

ALFRIED KARL PLÖGER  
Cia. Melhoramentos de São Paulo

ÁLVARO BRITO BEZERRA DE MELLO  
Hotéis Othon S.A.

ANTONIO DUARTE CARVALHO DE CASTRO  
Souza Cruz S.A.

AYRTON FURIANI GIRÃO  
Conselheiro Honorário

BERNARDO SZPIGEL  
Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A.

BRITALDO PEDROSA SOARES  
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade  
de São Paulo S.A.

CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI  
La Fonte Participações S.A.

CARLOS JOSÉ FADIGAS DE SOUZA FILHO  
Braskem S.A.

ELIZABETH PIOVEZAN BENAMOR  
Souza Cruz S.A.

EDUARDO JORGE JOSÉ DE MACEDO  
Melpaper S.A.

EMÍLIO SALGADO FILHO  
Refinaria de Petróleo Manguinhos S.A.

EVANDRO CÉSAR CAMILLO COURA  
Rede Empresas de Energia Elétrica S.A.

FLÁVIO RIET CORRÊA  
Distribuidora de Produtos de  
Petróleo Ipiranga

FREDERICO CARLOS GERDAU JOHANNPETER  
Gerdau S.A.

GABRIEL STOLIAR  
Cia. Vale do Rio Doce

GERALDO TOFFANELLO  
Gerdau S.A.

HENRIQUE PEREIRA CARNEIRO JÚNIOR  
Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A.

GILBERTO TAMM BARCELLOS CORREA  
Conselheiro Honorário

ISAC R. ZAGURY  
Aracruz Celulose S.A.

IVAN MÜLLER BOTELHO  
Energisa S.A.

JEFFREY COPELAND BRANTLY  
Monteiro Aranha S.A.

JOÃO BATISTA DA CUNHA BOMFIM  
Cia. de Tecidos Norte de Minas – Coteminas

JOÃO COX NETO  
Conselheiro Honorário

JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA  
Suzano Holding S.A.

JORGE HILÁRIO GOUVÊA VIEIRA  
Conclusão de Mandato

JOSÉ ANTONIO GOULART DE CARVALHO  
Eucatex S.A. Indústria e Comércio

JOSÉ FERNANDO MONTEIRO ALVES  
Conselheiro Honorário

JOSÉ LUIZ ACAR PEDRO  
Banco Bradesco S.A.

JOSÉ MARCOS TREIGER  
Conselheiro Honorário

JOSÉ MARIA DE CESARINO HENRIQUE SOARES  
La Fonte Participações S.A.

JOSÉ ROBERTO MENDES DA SILVA  
Bardella S.A. Indústria Mecânica

JOSUÉ CHRISTIANO GOMES DA SILVA  
Cia. de Tecidos Norte de Minas – Coteminas

JULIO CÉSAR MARQUES FERNANDES  
Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga

LÉLIO LAURETTI  
Conselheiro Honorário

LEOCÁDIO DE ALMEIDA ANTUNES FILHO  
Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga

LEONARDO DUTRA DE MORAES HORTA  
Arcelor Brasil S.A.

LEONARDO STERNBERG STARZYNSKY  
Cia. Melhoramentos de São Paulo

LUCIANO MÁRIO CLAUDINO  
Pirelli S.A.

LUIS FERNANDO COSTA ESTIMA  
Forjas Taurus S.A.

LUIZ ANIBAL DE LIMA FERNANDES  
Acesita S.A.

LUIZ FERNANDO AMARAL HALEMBECK  
Lacaz Martins, Halembeck, Pereira Neto,  
Gurevich e Schoueri Advogados

LUIZ FERNANDO SARCINELLI GARCIA  
Conselheiro Honorário

LUIZ LEONARDO CANTIDIANO  
Motta, Fernandes Rocha  
Advogados

LUIZ SERAFIM SPINOLA SANTOS  
Melpaper S.A.

MAURO MOLCHANSKY  
Conselheiro Honorário

MORVAN FIGUEIREDO PAULA E SILVA  
Nadir Figueiredo Ind. e Com. S.A.

OSCAR THOMPSON  
Telemig S.A.

OSIAS BRITO  
Unibanco S.A.

OSVALDO BURGOS SCHIRMER  
Metalúrgica Gerdau S.A.

OTÁVIO MALUF  
Eucatex S.A Indústria e Comércio

PAULO CEZAR ARAGÃO  
Barbosa, Müssnich e Aragão Advogados

PAULO PENIDO PINTO MARQUES  
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – USIMINAS

PAULO SÉRGIO COUTINHO GALVÃO FILHO  
Klabin S.A.

PAULO SETUBAL NETO  
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.

PLÍNIO DO AMARAL PINHEIRO  
Duratex S.A.

RAUL PENTEADO DE OLIVEIRA NETO  
Duratex S.A.

RENEU ALBERTO RIES  
Forjas Taurus S.A.

RICARDO LACAZ MARTINS  
Lacaz Martins, Halembeck, Pereira Neto,  
Gurevich e Schoueri Advogados

RICARDO SACRAMENTO  
Telemig S.A.

ROBERTO CASTELLO BRANCO  
Cia. Vale do Rio Doce

ROBERTO FALDINI  
Conselheiro Honorário

ROBERTO TERZIANI  
Telemar S.A.

RODRIGO KRAUSE DOS SANTOS ROCHA  
Metalúrgica Gerdau S.A.

SÉRGIO DE OLIVEIRA  
Banco Bradesco S.A.

STEFAN ALEXANDER  
Globo Comunicações e Participações S.A.

THOMAS C. AZEVEDO REICHENHEIM  
La Fonte Telecom S.A.

THOMAS RICARDO AUERBACH  
Dixiê Toga S.A.

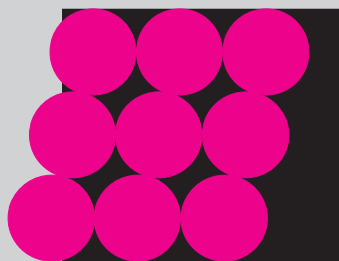
THOMÁS TOSTA DE SÁ  
Mangels Industrial S.A.

VICTÓRIO FERNANDO BHERING CABRAL  
Conselheiro Honorário

WANG WEI CHANG  
Perdígão S.A.

WELSON TEIXEIRA JÚNIOR  
Sadia S.A.

WILSON K. AMARANTE  
Rede Empresas de Energia Elétrica S.A.

**DIRETORIA****PRESIDENTE**

ALFRIED KARL PLÖGER  
Cia. Melhoramentos de São Paulo

**1º VICE-PRESIDENTE**

ANTONIO DUARTE CARVALHO DE CASTRO  
Souza Cruz S.A.

**VICE-PRESIDENTES**

FREDERICO CARLOS GERDAU JOHANNPETER  
Gerdau S.A.

IVAN MÜLLER BOTELHO  
Cia Força Luz Cataguazes – Leopoldina

PAULO SETUBAL NETO  
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.

**DIRETORES**

LUIS FERNANDO COSTA ESTIMA  
Forjas Taurus S.A.

MORVAN FIGUEIREDO PAULA E SILVA  
Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A

OSVALDO BURGOS SCHIRMER  
Metalúrgica Gerdau S.A.

PAULO CEZAR ARAGÃO  
Barbosa, Müssnich e Aragão Advogados

PAULO SÉRGIO COUTINHO GALVÃO FILHO  
Klabin S.A.

PLÍNIO DO AMARAL PINHEIRO  
Duratex S.A.

ROBERTO TERZIANI  
Telemar S.A.

THOMÁS TOSTA DE SÁ  
Mangels Industrial S.A.

WANG WEI CHANG  
Perdigão S.A.

**SUPERINTENDENTE GERAL**

EDUARDO LUCANO DOS REIS DA PONTE

**COMISSÕES TÉCNICAS****COMEC – COMISSÃO DE MERCADO DE CAPITAIS**

RODRIGO KRAUSE DOS SANTOS ROCHA  
Presidente

ELIZABETH PIOVEZAN BENAMOR  
Vice-Presidente

**COJUR – COMISSÃO JURÍDICA**

RICARDO LACAZ MARTINS  
Presidente

HENRIQUE PEREIRA CARNEIRO JÚNIOR  
Vice-Presidente

**CANC – COMISSÃO DE AUDITORIA E NORMAS CONTÁBEIS**

ARTHUR ALEXANDRE DOS SANTOS  
Presidente

ANTONIO LUIZ SARNO  
Vice-Presidente

**COMISSÃO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA**

LUIZ SERAFIM SPÍNOLA SANTOS  
Presidente

**COMISSÃO DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

THOMÁS TOSTA DE SÁ  
Presidente

**REPRESENTAÇÕES DA ABRASCA**

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC)  
Alfried Karl Plöger  
Geraldo Toffanello

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA  
FINANCEIRO NACIONAL (CRSFN)  
João Cox Neto

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA BOLSA DE  
VALORES EM SÃO PAULO (BÓVESPA)  
Morvan Figueiredo Paula e Silva  
Thomas Ricardo Auerbach

COMISSÃO DE ABERTURA DE CAPITAL (BOVESPA)  
Luiz Serafim Spinola Santos

CONSELHO DE AUTO REGULAÇÃO DO MERCADO  
DE CAPITAIS (ANBID)  
Elizabeth Piovezan Benamor  
Luiz Serafim Spínola Santos

COMISSÃO CONSULTIVA DE NORMAS  
CONTÁBEIS (CVM)  
Arthur Alexandre dos Santos Filho  
Antonio Luiz Sarno

COMITÊ CONSULTIVO DE EDUCAÇÃO (CVM)  
Antonio Duarte Carvalho de Castro  
Daniela Tinoco

INSTITUTO BRASILEIRO DE MERCADO  
DE CAPITAIS (IBMEC)  
Alfried Karl Plöger

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRIVATE EQUITY &  
VENTURE CAPITAL (ABVCAP)  
Thomás Tosta de Sá

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES COM  
INVESTIDORES (IBRI)  
Wilson K. Amarante

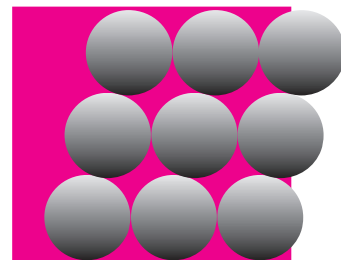
COMITÊ DE ORIENTAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE  
INFORMAÇÕES AO MERCADO DE CAPITAIS (CODIM)  
Valter Faria  
José Marcos Treiger

INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIDORES (INI)  
Luiz Serafim Spinola Santos

## **COOPERAÇÃO COM A CVM PARA EVITAR O VAZAMENTO DE INFORMAÇÕES**

No dia 30 de novembro de 2006 o presidente da CVM, Marcelo Trindade, convidou o presidente da Abrasca, Alfried Plöger, para uma reunião onde pediu que a ABRASCA colaborasse com esforços para evitar vazamentos de informações ao mercado, que ocorrem por ocasião de reestruturações, outros fatos relevantes e durante o período de silêncio. A ANBID também foi convidada a colaborar com a CVM.

As duas entidades, ABRASCA e ANBID, estão estudando o assunto e decidiram, no primeiro momento, pela constituição de um Grupo de Trabalho conjunto para examinar os melhores caminhos e com isso colaborar com a CVM.



## **ADEQUAÇÃO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA COMPANHIAS COM CONTROLE DIFUSO OU PADRONIZADO**

A Abrasca, visando à adequação de normas e procedimentos à realidade das companhias brasileiras de controle difuso, criou um Grupo de Trabalho para dirimir as questões que envolvem empresas com essa característica.

As reuniões do Grupo de Trabalho elencaram as maiores dificuldades das companhias de controle difuso, relacionadas à participação e votação dos acionistas nas Assembléias, a questões de restrições regulatórias e legais e a modelos internacionais de votação. O sistema eletrônico de votação também foi tema das reuniões.

Entre as medidas futuras em estudo está o apoio a eventos relacionados ao tema e a realização de um seminário com a participação de diversos agentes de mercado para discutir os problemas e soluções das companhias.

## **ABRASCA MANIFESTA-SE CONTRA LIMITAÇÃO DE TÍTULOS PRIVADOS DE RENDA FIXA NAS CARTEIRAS DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS**

A CVM divulgou o Edital de Audiência Pública nº 003/06, propondo alterações na Instrução nº 409, que trata dos fundos de investimento, para limitar a aplicação desses fundos em papéis privados, como CDBs e debêntures de empresas.

Considerando o crescente interesse das companhias abertas associadas na captação de recursos através desses papéis, a proposta da CVM foi examinada em reunião conjunta COMEC/COJUR, da qual resultaram sugestões que, após a aprovação do Conselho Diretor da Abrasca, foram enviadas à CVM.

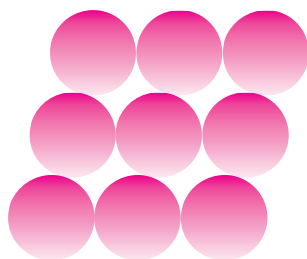
Entre outras, a Abrasca sugeriu que deve haver apenas uma diferenciação entre modalidades de ativos: aqueles conhecidos e cujos mercados são consolidados e os ativos em fase de consolidação e formação de experiências.

Com relação aos primeiros, considera a Abrasca que não deve haver limites para sua participação nas carteiras e o limite por emissor não deve ultrapassar 20%, exceto no caso das ações, em que o limite por emissor pode chegar a 100%.

No caso do segundo tipo de ativos, deveria haver uma restrição para que não ultrapassem 20% do valor das carteiras e o limite por emissor estabelecido em 10%.

## **SUGESTÕES DA ABRASCA PARA MANTER A FLEXIBILIDADE DOS FIDCs E CRIs**

Através do Edital de Audiência Pública nº 004/06, a CVM submeteu aos interessados propostas de alterações nas Instruções nºs 356 e 414, sobre Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI).



O assunto foi analisado em reunião da COMEC e da COJUR, do que resultaram comentários e sugestões para o aprimoramento da Instrução, os quais foram submetidos e endossados pelo Conselho Diretor da Abrasca e encaminhados à CVM.

Os principais comentários e sugestões foram:

- Não aplicar as normas da Instrução CVM 400 nas distribuições públicas de CRI e FIDC por conterem exigências mais burocráticas e onerosas;
- a obrigatoriedade de apresentação de um retrospecto com dados de três anos sobre a carteira, proposta pela minuta em audiência, em um mercado sem tradição de estatísticas de adimplência, pode limitar em muito a expansão do produto;
- eliminar a proposta de registro de FIDCs, contida na minuta em audiência, extinguiria o registro automático considerado de grande importância ao ágil funcionamento do mercado;
- a obrigatoriedade de intermediação de instituição financeira nas distribuições públicas de CRI aumenta o custo das emissões.

### **PROMOÇÃO DA LIQUIDEZ DO MERCADO SECUNDÁRIO DE TÍTULOS DE DÍVIDA DAS EMPRESAS**

O Grupo de Trabalho que estudou a liquidez do mercado secundário de títulos de dívidas das empresas, constituído por representantes da ABRASCA, ABRAPP, ANBID, ANDIMA, APIMEC, BNDES, BOVESPA, CETIP e IFC, realizou reunião com o presidente da CVM, Dr. Marcelo Trindade, para apresentar suas principais conclusões.

Um mercado secundário líquido para esses títulos potencializa a captação de recursos para o financiamento das atividades das companhias abertas, a custos mais baixos. A Abrasca tomou a iniciativa de propor a constituição do grupo de trabalho cujas conclusões apontaram para um modelo de debênture a ser adotado voluntariamente por emissores e underwriters: a debênture simplificada, cuja implantação está sendo estudada. O objetivo é tornar o título mais facilmente compreensível por investidores e analistas de investimentos, sem engessamento

O BNDES tomou a iniciativa de lançar em dezembro de 2006 as primeiras debêntures nos moldes da debênture simplificada, reservando 30% do lançamento para pequenos investidores e utilizando formador de mercado, motivo pelo qual pode ser possível aumentar a liquidez do título no mercado secundário.

### **COMBATE AO ABUSO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA**

O Grupo de Trabalho sobre Desconsideração da Personalidade Jurídica, sob a direção de Thomás Tosta de Sá, coordenador do Comitê Executivo do Plano Diretor do Mercado de Capitais, estudou com profundidade o tema e optou pela realização de seminários com a presença de representantes do Poder Judiciário.

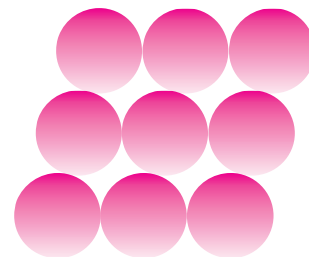
A constituição do citado Grupo de Trabalho foi uma iniciativa da Abrasca, preocupada com os efeitos negativos do uso indiscriminado e sem critério justo do instituto da “Desconsideração” sobre a vida das empresas.

O abuso da utilização do instituto da “desconsideração da personalidade jurídica”, que tem ocorrido no Judiciário, causa apreensão. Sem notificação ao interessado, que toma conhecimento do caso, muitas vezes, quando tem suas contas bancárias sob bloqueio, antigos administradores, sócios ou procuradores de boa fé, sem que tivessem pessoalmente qualquer responsabilidade objetiva, são penhorados, o que pode dificultar e aumentar os custos de recrutamento de altos dirigentes.

A Abrasca levou o assunto à consideração do Comitê Executivo do Plano Diretor do Mercado de Capitais, que o incluiu no seu Plano de Ação. Como decorrência, estão colaborando com o projeto a BOVESPA, ABVCAP, ABRAPP, ANBID, CNI, FEBRABAN, FIESP e IBGC.

Entre as medidas já tomadas, foi realizado um seminário com juízes dos tribunais superiores, no auditório da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, no dia 21 de agosto. Dois novos seminários, no Rio de Janeiro e em São Paulo, serão organizados.

Além disso, está em tramitação, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 2426/03 que visa disciplinar o procedimento de declaração judicial de desconconsideração da personalidade jurídica. O Grupo de Trabalho elaborou uma proposta de substitutivo a esse Projeto de Lei, com a visão das entidades participantes do Plano Diretor, e está tomando a iniciativa de enviar aos Ministros do STF, TST e STJ, presidentes dos TRTs, dos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais e ao relator do Projeto de Lei, deputado José Eduardo Cardozo, para ouvir as sugestões e manifestações sobre o documento.



## **ABRASCA REALIZA PESQUISA SOBRE O PAGAMENTO DOS JUROS DO CAPITAL PRÓPRIO**

A incidência de PIS (1,65%) e COFINS (7,6%) sobre os Juros do Capital Próprio, numa situação caracterizável como hipercumulatividade tributária, tem elevado sensivelmente a carga de impostos e contribuições de muitos grupos empresariais.

No estado em que as coisas se encontram, essa combinação perversa faz com que, sobre cada pagamento de JCP em uma cadeia societária, recaia cobrança de 9,25%. Vale dizer que um conglomerado moderno, com seis elos de cadeia societária, pode chegar ao final do processo com o custo inconcebível de 70,5%.

Como está, conclui-se facilmente que o quadro passa a ser de incentivo ao endividamento, em lugar do salutar e benfazejo reinvestimento dos lucros.

Mais que isso, a empresa nacional fica em evidente desvantagem em relação às estrangeiras, que não sofrem tal sobrecarga tributária, tão iníqua quanto desnecessária.

Por tais razões, a Abrasca tem procurado aproveitar cada oportunidade para ampliar estudos e apresentar seus argumentos, com a expectativa de mostrar o retrocesso que tais medidas representam. Além disso, está desenvolvendo uma pesquisa, junto às associadas, para obter dados concretos sobre o pagamento dos juros do capital próprio, que possam reforçar nossa argumentação junto à opinião pública e às autoridades.

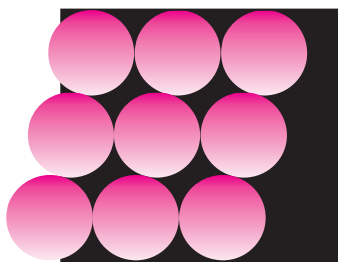
## **CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS AO PADRÃO GLOBAL**

Visando acelerar o processo de convergência das normas brasileiras com as internacionais, é essencial que o Projeto de Lei nº 3.741/00, que introduz alterações na parte contábil da Lei das S.A., seja aprovado pelo Congresso. A Abrasca fez diversas sugestões para a redação do substitutivo.

O relator do Projeto de Lei nº 3.741/00, deputado Armando Monteiro Neto, incorporou, em substitutivo encaminhado à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, algumas das sugestões apresentadas pela Abrasca, entre elas a inserção, no artigo 177, da blindagem tributária em casos de ajustes efetuados exclusivamente para efeito de harmonização das normas contábeis.

Trata-se de conquista importante sobre um assunto que sempre preocupou a Abrasca, qual seja, evitar o aumento da carga tributária das empresas. Com a inclusão da medida, fica gravado na lei que as adaptações às normas contábeis, necessárias para aproximar as regras brasileiras dos padrões internacionais, não podem gerar gravames tributários.





A última forma do substitutivo ao Projeto de Lei apresentada pelo relator, em junho de 2006, inclui a opção de publicação em diário oficial dos estados ou da União, além de facultar à CVM permitir publicações condensadas. Trata-se de importantes medidas, nas quais a Abrasca muito se empenhou. Entretanto, isso não pode ser considerado definitivo, pois o PL continua tramitando no Congresso e as ações de lobby das imprensas oficiais são muito fortes.

### **REUNIÃO DO GRUPO INTERGOVERNAMENTAL DE TRABALHO DE ESPECIALISTAS EM PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES (ISAR)**

Nos dias 10, 11 e 12 de outubro, o ISAR realizou sua 23ª reunião anual em Genebra, Suíça, com o propósito de promover a uniformização, em nível internacional, das práticas contábeis e de divulgação de informações das empresas transnacionais.

A exemplo do que vem ocorrendo nos últimos anos, o Brasil foi representado pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, compondo uma delegação com, entre outros, dois representantes da Abrasca: Geraldo Toffanello e Hugo Rocha Braga.

Na reunião deste ano, foram abordados os seguintes assuntos:

- 1) Análise do estágio de implementação das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB;
- 2) Análise da comparabilidade e importância dos indicadores sobre a responsabilidade social das empresas;
- 3) Contabilidade e relatórios financeiros aplicáveis às pequenas e médias empresas;
- 4) Revisão da implementação prática e emissão de Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros;
- 5) Comparabilidade e relevância de indicadores existentes sobre responsabilidade corporativa.

Neste ano, foram inscritos no evento aproximadamente 187 especialistas e observadores, representando 47 países e 32 organismos regionais e internacionais, incluindo o International Accounting Standards Board (IASB), a International Federation of Accountants (IFAC), o Banco Mundial (World Bank), a Organização Internacional de Normalização (ISO), a Comunidade Econômica Européia (CEE) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

### **ALINHAMENTO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DO EFEITO DAS VARIAÇÕES CAMBIAIS EM INVESTIMENTOS NO EXTERIOR**

A contabilização dos investimentos no exterior é um dos registros contábeis praticados no Brasil ainda em desalinho com as normas internacionais.

Esse assunto estava sendo estudado, desde 2005, conjuntamente pela ABRASCA e pelo IBRACON. Com a instalação do CPC – Comitê de Pronunciamento Contábeis, o assunto passou à esfera desta instituição, que prepara uma minuta de pronunciamento para ser submetido, em audiência restrita, às entidades integrantes.

### **ABRASCA PARTICIPA DO LANÇAMENTO DO CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS**

O presidente da Abrasca, Alfried Plöger, na qualidade de coordenador das Relações Institucionais, conduziu a cerimônia de instalação do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, realizada na Bovespa, no dia 16 de agosto de 2006.

O CPC, constituído por representantes das seis entidades organizadoras (CFC – Conselho Federal de Contabilidade, Abrasca, Apimec, Bovespa, FIPECAFI e Ibracon), é o órgão destinado a

preparar pronunciamentos técnicos sobre normas contábeis, após ampla consulta a todos os setores interessados e audiências públicas. Ele será abrigado pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e seu funcionamento é mais um passo no sentido da harmonização de nossos padrões contábeis às práticas internacionais. Seus pronunciamentos servirão de subsídios para a adoção de normas pelas agências reguladoras.

O CPC é composto de quatro coordenadorias, ficando a cargo do presidente da Abrasca a Coordenadoria de Relações Institucionais.

O Comitê emitirá Pronunciamentos, Orientações e Interpretações, em convergência com as normas do IASB – International Accounting Standards Board. Os órgãos reguladores emitem seus próprios atos adotando os do CPC. Para que haja sucesso do CPC é imprescindível a aprovação do PL 3.741/2000:

- Segregação entre escrituração mercantil e fiscal (LALUC com blindagem às interferências tributárias);
- Convergência às normas internacionais;
- Convênios dos órgãos reguladores com o CPC.

## **ATENDIMENTO NA DFP ÀS DELIBERAÇÕES CVM Nº 488 E 489**

Para que haja viabilidade de atendimento pelas companhias abertas das Deliberações CVM nº 488 e 489, que respectivamente tratam das demonstrações contábeis, apresentação e divulgação, e das provisões, passivos e contingências passivas e ativas, é necessário que a DFP seja atualizada.

Em consulta informal feita pelo presidente da Canc, Arthur Santos, a superintendente de Relações com Empresas da CVM, Elizabeth Machado, informou que a atualização do sistema deveria estar pronta até dezembro de 2006, o que realmente aconteceu.

## **PESQUISA PARA AVALIAR O RODÍZIO DE FIRMAS DE AUDITORIA**

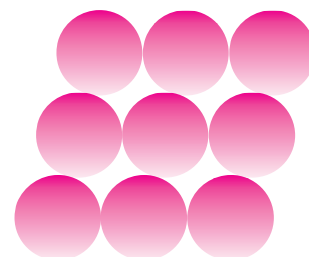
A ABRASCA vem atuando para que o rodízio de firmas de auditoria possa ser melhor avaliado, de forma que seja possível identificar seus reais benefícios “vis à vis” os onerosos encargos para as companhias. Esses encargos dizem respeito não somente aos custos incorridos diretamente, como também ao tempo gasto pelos principais executivos da companhia para informação aos novos auditores e a elevação do risco pela inexperiência desses auditores. O meio encontrado foi a realização de uma pesquisa, sob a supervisão de um comitê de entidades do mercado de capitais interessadas na questão, a ser conduzida por uma instituição de ensino.

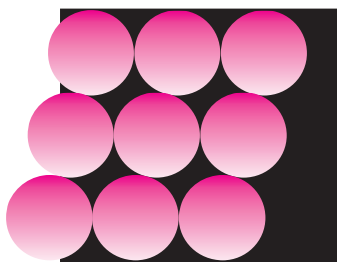
O Núcleo de Estudos Contábeis da FGV foi consultado, através do seu Coordenador, o professor Ricardo Cardoso, que conta com o professor Natan Szuster como consultor sênior. Foi elaborado um projeto de pesquisa que foi enviado para as entidades componentes do comitê supervisor para sugestões e opiniões.

A Abrasca está em entendimentos com o IBRACON, a BOVESPA, a APIMEC e a ANBID para planejar o escopo e o método de trabalho dessa investigação. Os entendimentos deverão incluir, também, a AMEC, a ABRAPP, a FENASEG, a ABVCAP e a FEBRABAN.

## **COMISSÕES DA ABRASCA DISCUTEM SOLUÇÕES PARA O CASO DAS AÇÕES NÃO RECLAMADAS**

O PL 2.550/00, aprovado na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado, cria a obrigação de as companhias emissoras transferirem para o Tesouro Nacional a propriedade das ações não reclamadas pelos acionistas e recolherem os dividendos não prescritos mediante DARF.





O assunto tem sido motivo dos cuidados da Abrasca, que considera a solução aventada pelo citado Projeto de Lei um frontal ataque ao direito constitucional à propriedade e deve, portanto, ser alterado com a eliminação dos dispositivos flagrantemente inconstitucionais.

Trata-se de uma oportunidade para as companhias encontrarem uma solução definitiva para o problema dos custos com os acionistas não localizados detentores de posições ínfimas.

A Abrasca manteve contatos com o relator do PL, senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB/MG), para mostrar que a proposta atenta contra o direito constitucional à propriedade e é estatizante.

O parlamentar decidiu pela convocação de uma Audiência Pública, na qual as principais instituições interessadas serão chamadas para apresentar seus pontos de vista. A Abrasca desenvolveu um substitutivo para apresentação por ocasião da audiência, de forma a transformar esse projeto numa oportunidade para equacionar os custos das empresas com acionistas não localizados sem violentar seu direito de propriedade.

### **ANUÁRIO 2006 ATUALIZA ESTATÍSTICAS DAS COMPANHIAS ABERTAS**

Em almoço realizado no dia 6 de junho de 2006, após o encerramento do 8º Encontro de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, a Abrasca fez o lançamento da edição 2006 do Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

Na oportunidade, o presidente da Abrasca, Alfried Plöger, lembrou o bom resultado alcançado com a primeira edição de 2005, encorajando a entidade a promover a presente edição que, a par de conter aperfeiçoamentos que resultaram de sugestões recebidas, inclui novos grupamentos de informações sobre pagamento de impostos e previsão de investimentos.

Plöger ressaltou ainda alguns dados relevantes sobre o peso das 421 companhias abertas brasileiras pesquisadas na publicação.

Com relação ao conteúdo da publicação, foram mantidos os itens cobertos na edição anterior e acrescentados alguns outros, de modo a atender as sugestões e recomendações recebidas:

#### Indicadores operacionais

- Vendas e receitas operacionais;
- Lucro/prejuízo do exercício;
- Endividamento total e capital de giro;
- Indicadores econômico-financeiros combinados.

#### Estatísticas das Companhias

- Evolução do nº de empresas;
- Emissões de ações, ADRs, etc.;
- Séries estatísticas: 10 anos;
- Visão histórica e comparativa por setor;
- Impostos recolhidos pelas companhias aos cofres públicos;
- Volume de capital estrangeiro no mercado;
- Previsão de investimentos das companhias abertas, por empresa e total.

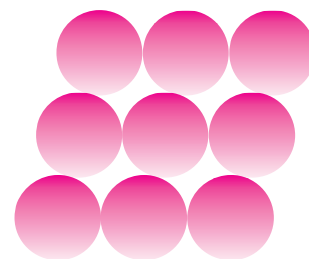
Além disso, o Anuário Estatístico das Companhias Abertas trouxe mais uma novidade na edição 2006: a seção "As novas empresas do mercado". Neste espaço foram analisados o desempenho e as perspectivas de todas as empresas que abriram o capital em 2005, bem como a relação completa das empresas que estão com pedidos na CVM para abrir o capital.

A edição de 2006 trouxe também uma relação inédita com a previsão de investimentos de um número expressivo de companhias abertas nos próximos anos.

A propósito do lançamento do Anuário Estatístico das Companhias Abertas, tivemos 32 matérias publicadas em sites, jornais impressos e revistas. Registramos aumento de 14% de matérias em relação ao ano passado (primeira edição do Anuário).

Na sequência, o Anuário foi distribuído para os públicos julgados de interesse para o mercado de capitais, destacando-se a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, a Comissão de Constituição e Justiça, ministros, presidentes dos principais órgãos e entidades ligadas ao mercado de capitais, empresas, investidores e centros acadêmicos. A publicação foi remetida também para editores de economia e finanças de jornais das principais cidades do país.

A orientação do Conselho Diretor da Abrasca foi no sentido de pulverizar a distribuição do Anuário de forma a levar, a um público que acompanha o mercado de capitais, informações consolidadas das companhias abertas e de sua contribuição na formação da riqueza nacional.



## CENÁRIOS MACROECONÔMICOS

Como faz regularmente a cada semestre, a Abrasca realizou pesquisa junto a seus associados sobre as tendências da economia brasileira no primeiro e no segundo semestres de 2006, em relação aos semestres imediatamente anteriores.

A primeira pesquisa, realizada em janeiro de 2006, indicou que as empresas associadas recuperaram alguma parte do otimismo que haviam perdido no semestre anterior, embora a tendência dominante tenha sido no sentido da manutenção da estabilidade na economia, confirmando tendência que detectaram no segundo semestre de 2005.

A maioria dos associados que responderam à pesquisa acreditava no incremento na demanda no setor (67%) e no crescimento do PIB (78%). Não pareciam, portanto, acreditar que as evoluções negativas na área política e o desdobramento do clima eleitoral, pelo menos no primeiro semestre de 2006, iriam causar movimentos depressivos na economia, mantendo a coerência com os itens anteriores.

Ao mesmo tempo, a maioria acreditava que emprego no setor (56%), emprego no País (56%), preços no setor (78%), índice de inflação (56%) e investimentos (56%) deveriam permanecer estáveis, em relação ao semestre anterior.

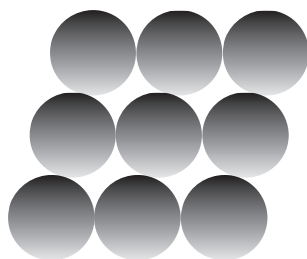
Houve uma nítida divisão de opiniões no que tange ao desempenho do setor externo da economia. De modo quase uniforme, as opiniões da maioria dos associados sobre o câmbio (44%), a balança comercial (44%) e as exportações (44%) se dividiram entre a alta e a estabilidade, com relação aos resultados alcançados no segundo semestre de 2005. Essas empresas acreditavam, portanto, que a economia ainda tinha força de sustentação, pelo menos no semestre, apesar dos juros ainda muito altos e do câmbio desfavorável.

Por fim, para a maioria dos votantes (65%), os juros reais deveriam cair, o que parece coerente com a opinião majoritária de estabilidade na inflação baixa.

A segunda pesquisa, de julho de 2006, mostrou que as empresas estavam cautelosas com relação ao 2º semestre de 2006, na comparação com o 1º semestre.

A análise das respostas não indicou receios, por parte das empresas, de reversão nos rumos da economia, e, muito menos, na possibilidade de quebra de compromissos.

Assim, em relação ao 1º semestre de 2006, a demanda no setor, o crescimento do PIB, o emprego no setor e no País apresentaram uma tendência equilibrada entre estabilidade e alta, sendo pequeno o número de empresas que acreditavam em perdas.



Os preços no setor, o índice de inflação e o câmbio real, para a maioria das empresas, deveriam permanecer estáveis.

Na balança comercial e nas exportações, as empresas manifestaram suas preocupações com os movimentos perturbadores da economia americana, achando que estabilidade ou queda seriam mais prováveis, em relação ao 1º semestre.

Os investimentos, segundo a expressiva maioria das empresas (75%), deveriam ficar estáveis, aguardando a fixação dos horizontes, tanto no setor interno como na frente externa, enquanto que os juros reais, para 62,5% dos respondentes, deveriam apresentar tendência de queda, o que pode ser entendido como confiança no futuro.

## **A ABRASCA TEVE 512 INSERÇÕES NA MÍDIA, NO ANO DE 2006**

Foram 461 Matérias e 51 Artigos .

Marcamos presença em 124 diferentes veículos de comunicação do país, assim distribuídos:

73 inserções em veículos Online (59% do total); 36 inserções em jornais (29%); 9 inserções em revistas (7%); 3 inserções em rádios (2,5%); 3 inserções em TVs (2,5%).

As 512 inserções, no ano, produzem uma média aritmética de 9,85 matérias por semana.

Desde o ano de 2003 a ABRASCA aparece com inserções superiores a 500/ano nos diversos veículos de mídia impressa e eletrônica.

## **ARTIGOS DO PRESIDENTE DA ABRASCA**

**(Publicados na imprensa)**

### **Prêmio Abrasca cria modelo de excelência**

Uma iniciativa pioneira da Associação Brasileira das Companhias de Capital Aberto (Abrasca) – a instituição do Prêmio Abrasca-Melhor Relatório Anual – chega, em 2005, à sua sétima edição. A entidade foi a primeira entidade a montar um sistema de valorização dos relatórios anuais das empresas.

Nesse esforço, a Abrasca não está sozinha. Desde o início, teve o apoio decidido de todas as entidades do mercado interessadas no desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro. Nesta edição, 72 companhias inscreveram seus relatórios. A cada ano, cresce o número de empresas que, impulsionadas pelo Prêmio Abrasca, buscam fazer uma peça cada vez mais transparente, com qualidade de informações, facilitando sua comunicação com o mercado.

### **Impulso ao mercado acionário na América Latina**

O exemplo mais dramático de crescimento de mercado de valores mobiliários é o da Argentina. O valor de mercado das empresas listadas na bolsa da Argentina, que era de aproximadamente 192,5 bilhões de pesos em 2001, passou para 776,4 bilhões de pesos em 31 de outubro de 2004, ou seja, cresceu quatro vezes.

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) já é a décima maior do mundo em novas emissões de ações, posição que se torna mais significativa quando se pensa que antes estava em 19º lugar. A bolsa brasileira logrou suplantar a Nasdaq e a da Alemanha em novas emissões de capital.

O crescimento sustentado da economia latino-americana depende da existência de uma base forte, que resista aos golpes que vêm de fora. A criação de um mercado de capitais amplo, auto-suficiente, com regras claras e estáveis, capaz de atrair pessoas e instituições, é certamente parte desse quadro.

## O mercado acionário e o avanço da tecnologia digital

Desde que foi criada, em 21 de dezembro de 1971, a Abrasca tem como uma das tarefas mais caras alertar a opinião pública, e os públicos – alvos diretamente ligados ao mercado de capitais, sobre oportunidades para aumento de produtividade das companhias abertas, oferecendo estudos, sugestões e recomendações que apontam o caminho da solução.

Dentro desse espírito, está o esforço, desenvolvido pela Abrasca e outras entidades do mercado, para adaptar, aos tempos modernos, a determinação legal para a publicação das demonstrações das companhias abertas.

A tramitação na Câmara dos Deputados do PL 3.741/00, que altera dispositivos da lei societária, é a oportunidade que se apresenta para eliminar a obrigatoriedade de quaisquer publicações em diários oficiais.

Assim acontecendo, as companhias abertas ganhariam melhores condições para implementar suas políticas de divulgação de informações: usando a poderosa arma digital que têm em mãos, poderiam ampliar a rapidez de disseminação das informações, garantindo a todos aqueles que delas precisam, em qualquer ponto do território nacional ou no exterior, a oportunidade da reação rápida e oportuna.

## Os equívocos da desconsideração da personalidade jurídica

As empresas, seus acionistas e administradores estão enfrentando, hoje, um grave problema adicional aos que comumente já afetam o crescimento das companhias e da própria economia brasileira. Trata-se de um instrumento jurídico, a Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica dos Sócios (TDPJ), contemplado no artigo 50 do novo Código Civil.

Este instrumento foi concebido para ser usado de forma restrita, exclusivamente em casos de comprovação ou forte indício de confusão patrimonial entre os bens do sócio e os da sociedade, desvio de finalidade, abuso de poder e fraude. Sem dúvida, o país necessitava de uma barreira a estas situações.

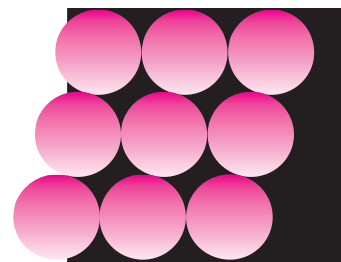
A assustadora questão é que não temos visto cuidado na aplicação da TDPJ e da penhora “on line”. Qualquer um de nós pode, a qualquer momento, ter as contas indisponíveis, por força de alguma ação, talvez até de pouca relevância, com terríveis consequências para o nosso dia-a-dia. No caso das empresas, o bloqueio do resultado da cobrança, por exemplo, pode levar a companhia a descumprir compromissos, reduzir produção, perder mercado e demitir empregados.

## A governança que nós queremos

Está em curso um amplo debate global sobre a governança corporativa, entendida, de um modo geral, como um conjunto de princípios e práticas para otimizar o exercício do poder de decidir nas organizações empresarias.

É nesse quadro resumo que devem ser consideradas as bases sobre as quais as companhias abertas vão adotar as práticas de governança corporativa que melhor satisfaçam os seus anseios primais de maximização do seu valor no mercado.

Entre essas bases, que incluem a transparência, a prestação de contas, a equidade e a sustentabilidade, as companhias abertas, justamente por que dão o devido peso à realidade que as caracterizam, enfatizam a meritocracia, que é a necessidade de escolher os administradores por critérios de competência, integridade e alinhamento com os valores da empresa.



### **As novas regras para os minoritários**

As Assembleias Gerais Ordinárias (AGOs) realizadas a partir do mês de abril marcaram uma nova etapa no relacionamento entre acionistas minoritários e controladores de companhias abertas, pelo início de aplicação de outras normas relativas ao voto para a eleição de membros dos Conselhos de Administração.

Conforme a lei, 20% dos conselheiros de uma companhia devem ser independentes, isto é, não ligados aos controladores. Como apontado no seminário promovido pela Abrasca e pelo Ibri, os conselheiros independentes não podem estar envolvidos na administração do empreendimento, nem ter laços de parentesco com seus administradores. Também precisam ter compromisso com a companhia, além de deterem conhecimentos corporativos e que agreguem valor à empresa.

Na prática, os conselheiros escolhidos pelos minoritários com base nas novas regras serão independentes, o que dá aos acionistas minoritários mais espaço de representatividade dentro das empresas.

### **É preciso virar o jogo da realidade**

Este 2006 de eleições e Copa do Mundo é estratégico para a Nação. A baixa evolução do PIB em 2005, que se torna ainda mais diminuta se comparada à performance da economia mundial e à dos países emergentes, acende luz de alerta. Não há tempo a perder e nem mais desculpas para omissão! É preciso arregaçar as mangas e trabalhar muito para alcançar índices de expansão do nível de atividades compatíveis com a premência do País de ingressar num duradouro ciclo de crescimento sustentado, multiplicação de empregos, resgate da dívida social e conquista do desenvolvimento.

A pergunta é: será que o setor público, em especial o governo da União, está devidamente conscientizado sobre as prioridades do Brasil e, mais do que isto, preparado para atendê-las?

O retrospecto, lamentavelmente, é desfavorável.

### **A hora do mercado de capitais**

O cenário favorável à economia latino-americana continuará prevalecendo este ano, na expectativa dos principais estudiosos da região. Nem mesmo as incertezas geradas pela eleição de governos considerados não conservadores ou, em alguns países, francamente populistas, estão sendo capazes de causar inquietações mais sérias.

Tanto o Fundo Monetário Internacional (FMI) como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) apostam em uma expansão média acima de 4% para os países latino-americanos – no caso do Brasil, as estimativas indicam crescimento em torno de 3,5% ou pouco mais.

A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) entende que as bases para um futuro caracterizado pela blindagem de um crescimento sustentado, com economia pujante e melhor distribuição de renda, dependem de se ter, na região, um mercado de capitais forte.

As duas maiores bolsas da América Latina, a Bovespa e a Bolsa Mexicana de Valores, têm um acordo para permitir a compra de ações de empresas brasileiras diretamente no pregão mexicano e de papéis do México na Bovespa. Investidores dos dois países comprariam ações das empresas negociadas nas bolsas mexicana e brasileira, sem ter de fazê-lo somente via American Depositary Receipts (ADRs) negociados na Bolsa de Nova York.

Acordos assim podem se disseminar em toda a região, que ficaria menos vulnerável às consequências de problemas nas bolsas dos países mais desenvolvidos e menos sujeita aos dramas por que já passaram as nações que a integram.

## Persistindo no erro

As estimativas de crescimento do Brasil e da América Latina em 2006 evidenciam que o Copom está persistindo num grave erro ao manter elevada a taxa básica de juros. A indústria, embora seja um dos setores mais apenados por esta distorção e apesar de todos os problemas inerentes à política econômica, tem conseguido manter razoável curva de expansão, mas, a exemplo de todos os demais segmentos, poderia estar crescendo bem mais.

Entendida esta questão, devemos nos preocupar com um fator crucial: no Brasil, a indústria tem encontrado imensos obstáculos para desenvolver todo o seu potencial. Por se constituir em atividade que exige pesados investimentos para a garantia dos elevadíssimos níveis de produtividade e competitividade impostos pela acirrada competição do mundo globalizado, o setor sofre de maneira demasiadamente forte com os juros mais altos do mundo, que continuam sendo praticados no Brasil, a despeito das reduções paulatinas da Selic nos últimos meses.

Essas contradições têm prejudicado muito o Brasil, que precisa crescer de modo vigoroso para resgatar o déficit social e vislumbrar possibilidades mais amplas de desenvolvimento.

## Um mercado de capitais mais forte

O mercado de capitais brasileiro ganhou novo porte. Independentemente de eventuais turbulências e de ainda não ter a blindagem que desejamos para enfrentar mudanças bruscas na economia internacional, sabemos que hoje é mais resistente e capaz de fornecer recursos às empresas que nele quiserem buscar fontes para seus investimentos.

Uma evidência do novo porte é que, de 2000 até o final de maio, foram registradas na CVM operações que superam os R\$ 220 bilhões, considerados todos os instrumentos do mercado de capitais. Mais de um terço deste valor, ou R\$ 71,4 bilhões, referem-se a operações registradas apenas no ano passado.

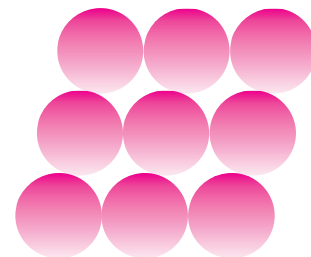
O fato é que o mercado de capitais brasileiro, hoje, dispõe de uma estrutura básica que oferece oportunidades para as empresas que para ele se prepararem. Ele pode não atravessar absolutamente incólume uma crise internacional de grandes proporções, mas já não apresenta a extrema vulnerabilidade do passado. Está menos dependente de fontes externas e representa alternativa real ao crédito bancário. Mesmo que os problemas da economia dos Estados Unidos reduzam de fato a liquidez internacional, temos um razoável colchão de recursos internos que pode financiar a modernização e a competitividade das companhias brasileiras.

## As perdas impostas pela pirataria, contrabando e sonegação

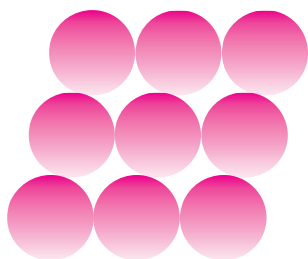
No Brasil, nos últimos anos, temos travado uma dura luta contra um grupo inimigo que vem desequilibrando a balança das condições iguais: a pirataria, o contrabando e os beneficiários da indústria de liminares, graças à qual conseguem funcionar sem pagar os impostos que os cumpridores da lei recolhem.

A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) está engajada na luta contra a pirataria porque esta deve ser uma preocupação de todas as entidades sérias, de qualquer segmento. Este é também um problema que afeta diretamente empresas de capital aberto que, por sua própria natureza, operam em total formalidade, arcando com seus custos — que são maiores na medida em que é nelas que o governo busca não apenas os tributos que são justos, mas também os que cobrem a perda de arrecadação causada por pirataria, contrabando e evasão fiscal, sem contar a estratégia de empresas estabelecidas que deixam de recolher impostos graças a uma trama de liminares judiciais.

Um olhar desapassionado sobre a questão da carga tributária brasileira, um olhar de apreço sobre as empresas que apesar de tudo operam de maneira legal e um olhar implacável sobre o crime organizado, todos acompanhados de atos efetivos, são o caminho para a eliminação desta chaga.







### Securitização ganha força

O mercado de securitização no Brasil caminha a passos largos para a total consolidação. Embora efetivamente tenha começado a deslanchar há apenas cinco anos, está se firmando como uma fonte eficiente de recursos para as empresas que, assim, conseguem meios pecuniários a custos mais baixos que os das operações tradicionais de crédito.

Os números provam o sucesso do sistema, como evidenciado pelos dois tipos de títulos de maior destaque: os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC, ou Fundos de Recebíveis) e os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI). O valor das operações de FIDC registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) expandiu-se 43 vezes de 2002, primeiro ano integral de funcionamento do sistema, quando somou R\$ 200 milhões, até 2005, quando fechou em R\$ 8 bilhões. Este ano, até final de julho, a CVM já havia registrado R\$ 4,2 bilhões em operações de FIDC e tinha em processo de análise outros R\$ 1,2 bilhão.

Afastadas as mazelas que tecem a teia formadora das altas taxas de juros no Brasil, o sistema de recebíveis, já azeitado e bem encaminhado, poderá dar um grande impulso ao crescimento do País. Afinal, nenhuma nação tem como crescer de fato se os agentes econômicos são obrigados a investir usando preponderantemente recursos próprios.

### CPC atuará pela harmonização contábil

A instalação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), ocorrida em 16 de agosto do corrente ano, coroa um grande esforço desenvolvido por entidades qualificadas da área acadêmica, governamental e da iniciativa privada e representa um sopro de esperança na solução de delicadas questões ainda pendentes, mas que têm sido objeto de muito estudo e reflexão. O CPC cria a perspectiva de importantes avanços no caminho da atualização e da modernização das normas e preceitos contábeis brasileiros.

Daí a consciência com que os integrantes do CPC estão iniciando o seu trabalho, de que lhes cabe papel essencial na formação de um arcabouço de normas contábeis conciliadas com as do exterior sem que isso represente elevação da carga tributária.

Sabemos que nada será fácil na trajetória do CPC, pela complexidade e sutileza do universo contábil. Mas sabemos também que o nível de competência dos seus integrantes permite antecipar o êxito do trabalho que o grupo desenvolverá, do qual serão beneficiários todos os envolvidos no mercado de capitais brasileiro.

### Um inimigo público

Além dos conhecidos obstáculos dos juros altos, impostos elevados, falta de segurança e câmbio irreal, há outro grave problema a prejudicar o ambiente de negócios: a burocracia! Este obstáculo, que nossos empresários conhecem muito bem, foi agora medido pelo Banco Mundial (Bird), no recém-lançado relatório Doing Business no Brasil.

O estudo abrange cinco áreas de regulamentação de negócios: abertura de empresas, registro de propriedade, obtenção de crédito, tributação e cumprimento de contratos. Estes indicadores foram medidos em 13 capitais: Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Cuiabá, Florianópolis, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Porto Velho, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís e São Paulo.

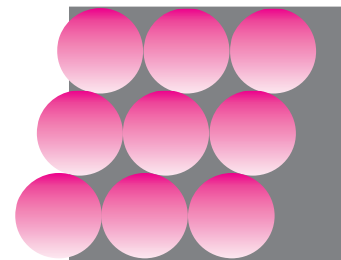
O desafio de melhorar o ambiente para os negócios no Brasil remonta, na mais amena das análises, à penúltima década do século passado. A partir de agora, postergar as providências necessárias não significa simplesmente deixar de recuperar o tempo perdido, mas sim condenar a Nação a mais cem anos de subdesenvolvimento.

## Que venham agora o crescimento e a paz!

Brilhante é o adjetivo mais modesto para qualificar o pronunciamento da vietnamita-canadense Kim Bolduc, representante da Organização das Nações Unidas no Brasil. Ao discursar em evento comemorativo aos 61 anos da ONU, transcorridos em outubro, ela salientou que “paz representa a superação da pobreza, a justiça, direitos humanos, educação, saúde e governabilidade”.

Acabamos de assistir à campanha relativa ao segundo turno da eleição à Presidência da República. Na retórica da situação, a propaganda “vendeu-nos” um país muito parecido com aqueles que a representante da ONU diagnostica como protagonistas de grande avanço; no discurso da oposição, alinhamo-nos ao mais atrasado grotão do mundo subdesenvolvido.

Entre os dois extremos da ficção eleitoral está a realidade de um povo que espera do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reeleito para seu segundo mandato com mais de 58 milhões de votos, uma atitude de verdadeiro estadista, capaz de inserir a Nação num fluxo duradouro e consistente de prosperidade. Entidades de classe, empresários, trabalhadores e toda a sociedade anseiam que o desenvolvimento nos outorgue a paz!



## Forçando a porta

O crescimento constante da economia mundial, a avassaladora entrada da China no mercado, elevando a demanda (e os preços) das mais diferentes “commodities”, e a grande liquidez internacional criaram clima propício ao crescimento de nações em desenvolvimento como o Brasil.

Este cenário positivo foi, ademais, enriquecido com o fato de, a despeito dos equívocos do governo na condução de muitos dos aspectos da economia, o País ter conseguido reduzir substancialmente a vulnerabilidade externa.

Em seu número de setembro, contendo dados relativos a agosto, o Boletim Anbid mostra que a indústria de fundos captou, no mês, R\$ 1,4 bilhão líquidos. O patrimônio líquido dos fundos retratados chega a R\$ 851 bilhões e reúne 10,7 milhões de cotistas.

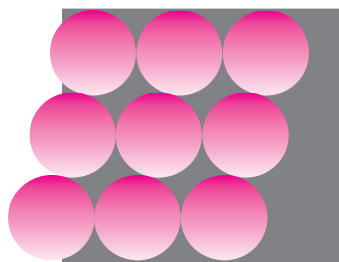
Há, portanto, comprova o Boletim Anbid, disposição para a formação de poupança no Brasil. Cabe perguntar quais seriam estes números se, ao invés de forçar a porta da economia, o mercado de capitais tivesse encontrado os portões abertos. A formação de poupança é o colchão que pode impulsionar o País rumo ao crescimento sustentado – e da mesma maneira como foi superdimensionado o colchão de proteção contra choques externos, foi subdimensionado o de proteção e incentivo à poupança, motor do crescimento.

## Os caminhos da pulverização de controle no Brasil

Hoje, pelo menos 13 empresas já fizeram ou estão em processo de fazer a transição para a situação de capital pulverizado, em diferentes gradações. De um lado, há a pulverização pura, em que a grande maioria do capital está no mercado, sem acionistas com posição relevante, casos da Renner, Eternit e Submarino. Especialistas citam a Renner como um bom exemplo de pulverização, pois tem 94,3% do capital em circulação e mais de 80% nas mãos de estrangeiros, em participações fragmentadas.

A maioria das outras companhias, entretanto, enquadra-se na situação de capital difuso, em que nenhum acionista ou grupo possui 50% ou mais do capital, embora alguns acionistas tenham participação relevante no capital, possibilitando arranjos que permitam responder pela maioria.

A Abrasca acompanha com interesse essas situações e procura ajudar na busca de soluções. Para tanto, constituiu o Grupo de Trabalho de Controle Difuso, do qual participam representantes de diversas empresas com interesse direto no assunto. A percepção, até o presente momento, é de que soluções adequadas venham a resultar da conjugação das regras de nosso ordenamento



jurídico com a adoção de mecanismos apropriados inseridos nos estatutos sociais e de acordos de acionistas – tudo isso, naturalmente, debaixo da orientação e da fiscalização da CVM, que tem poderes para editar instruções, deliberações e pareceres de orientação.

### Questão de bom senso

A profissionalização na condução das empresas e as normas da boa governança corporativa – independentemente de já estarem, ou não, determinadas em lei e regulamentadas – abriram um enorme campo de fatos novos. Cada um deles exige discussões em profundidade, análise de dados, cuidadosa avaliação de experiências prévias em outros países e, como o cimento de tudo, o crivo do simples bom senso.

É neste campo que se situa um dos principais debates desse momento: o tratamento a ser dado pelas empresas à questão da remuneração da diretoria.

Assim, é de fato indispensável que acionistas e o mercado em geral tomem conhecimento da política adotada pela empresa para a remuneração de seus executivos e a quanto ela monta.

O Brasil precisa ter normas que explicitem a política de remuneração das companhias e os ganhos efetivos das diretorias – mas sem o exagero da individualização. A individualização nada acrescenta ao nível necessário de informações disponíveis para o investidor e o mercado e tira tudo do direito de cada um de preservar sua segurança pessoal e a dos que lhes são próximos.

## CONTATOS COM ENTIDADES EM 2006

**ABIGRAF:** recebeu o Conselho Diretor da Abrasca no dia 24 agosto de 2006.

**ADEVAL:** a Abrasca divulgou cursos promovidos pela entidade com descontos para associados.

**ALBINO ADVOGADOS ASSOCIADOS:** a Abrasca publicou em seu boletim Sia & Cia artigos do escritório sobre governança corporativa.

**AMEC – ASSOCIAÇÃO DE INVESTIDORES NO MERCADO DE CAPITALIS:** a Amec recebeu a Abrasca em agosto de 2006.

**ANBID:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais; a Anbid e a Abrasca, a pedido da CVM, discutiram em conjunto problemas relativos a divulgação e uso de informações sobre atos ou fatos relevantes.

**ANDIMA:** a Abrasca divulgou cursos promovidos pela entidade com 20% de descontos para associados; apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas; o 8º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

**ANEFAC:** apoiou a Abrasca na realização do 8º Prêmio Abrasca 2006.

**APIMEC:** a Abrasca apoiou o XII Curso de Introdução ao Mercado de Capitais da entidade; apoiou a Abrasca na realização do 8º Prêmio Abrasca 2006.

**APIMEC SP:** apoiou a Abrasca na realização do 8º Prêmio Abrasca 2006; o presidente da Abrasca, Alfred Plöger, foi palestrante no III Seminário Internacional de Convergência das Normas Contábeis.

**ARCELOR BRASIL:** apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

**BANCO BRADESCO S.A.:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais e o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

**BANCO DO BRASIL S.A.:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais, o 8º Prêmio Abrasca Relatório Anual 2006 e o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

**BANCO ITAÚ S.A.:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais e o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

**BANCO FATOR:** apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

**BANCO NOSSA CAIXA:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais.

**BDO TREVISAN AUDITORES INDEPENDENTES:** apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas; a Abrasca divulgou cursos promovidos pela empresa com descontos para associados.

**BLOOMBERG:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

**BNDES:** apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas e o 8º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais.

**BOVESPA:** apoiou a Abrasca na realização do 8º Prêmio Abrasca 2006, do 8º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais e no Anuário Estatístico das Companhias Abertas. Participou de reuniões do Conselho Diretor da Abrasca e da COMEC – Comissão de Mercado de Capitais.

**BOUCINHAS & CAMPOS SOTECONTI AUDITORES INDEPENDENTES:** apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

**CÂMARA DE CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO – CETIP:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais.

**CELESC – CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais.

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS:** apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

**CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS:** organizou com a Abrasca o seminário “Desconsideração da personalidade jurídica e responsabilidade direta dos sócios e administradores: usos e abusos”, realizado no dia 21 de agosto de 2006, em Brasília.

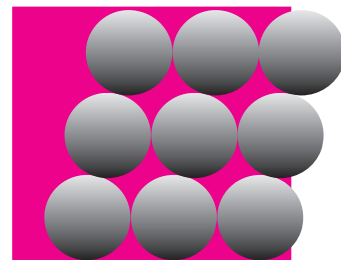
**COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG:** apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

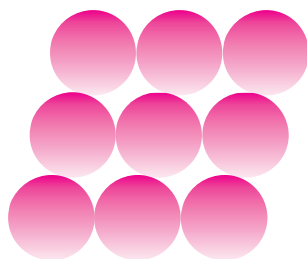
**COMPANHIA DE PETRÓLEO IPIRANGA:** apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

**COMPANHIA VALE DO RIO DOCE:** apoiou a presença do Dr. Hugo Rocha Braga em Genebra para participar da 23ª Sessão do Grupo Intergovernamental de Trabalho de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Divulgação de Informações (ISAR) representando a Abrasca.

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM:** a Abrasca encaminhou sugestões à audiência pública sobre a proposta de alteração das normas sobre fundos de investimento e sobre as alterações nas normas de distribuições públicas de CRI e FIDC; a Abrasca participa do Comitê Consultivo de Educação da CVM e realizou seminário organizado em conjunto com a autarquia; atendendo pedido da autarquia a Abrasca indicou representantes para a 23ª Reunião do Grupo de Trabalho Governamental em Genebra, na Suíça; o presidente Marcelo Trindade recebeu o presidente da Abrasca, Alfried Plöger para discutirem formas de inibir o vazamento de informações ao mercado; a diretora da CVM, Maria Helena Santana, e a superintendente de Relações com Empresas, Maria Helena Machado, participaram da reunião do Conselho Diretor da Abrasca em outubro de 2006; o presidente Alfried Plöger participou do evento comemorativo dos 30 anos da CVM e contribuiu com um artigo para a publicação em homenagem à data intitulado “Os 30 anos da CVM: lutas e conquistas”.

**CONFERENCE CALL DO BRASIL:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais.





**CORPGROUP / THE MEDIA GROUP:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais; gerencia o website da Abrasca, sem ônus.

**CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS:** a Abrasca é entidade membro do CPC, cujo coordenador de Relações Institucionais é o presidente Alfried Plöger; a Abrasca participou da instalação do Comitê.

**CPFL ENERGIA:** apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU BRASIL:** apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

**DEPUTADO ARMANDO QUEIROZ MONTEIRO NETO:** concedeu audiência à Abrasca para discutir o Projeto de Lei 3.741/00 que altera a parte contábil da lei das S.A..

**ERNST & YOUNG:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, o 8º Prêmio Abrasca Relatório Anual 2006 e o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

**FIRB – FINANCIAL INVESTOR RELATIONS BRASIL:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

**GAZETA MERCANTIL:** apoiou o 8º Prêmio Abrasca Relatório Anual 2006.

**GERDAU S.A.:** apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

**GREENBERG TRAUIG:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais.

**IBEF – INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS:** apoiou a Abrasca na realização do 8º Prêmio Abrasca 2006; a Abrasca divulgou cursos promovidos pela entidade com descontos para associados; o presidente Alfried Plöger foi palestrante no XVII Congresso Nacional de Executivos Financeiros.

**IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA:** apoiou a Abrasca na realização do 8º Prêmio Abrasca 2006.

**IBRI – INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES:** apoiou a Abrasca na realização do 8º Prêmio Abrasca 2006; organizou junto com a Abrasca o 8º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

**IBRAÇON – INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL:** apoiou a Abrasca na realização do 8º Prêmio Abrasca 2006; recebeu a Canc – Comissão de Auditoria e Normas Contábeis da Abrasca no ano de 2006.

**LÉLIO LAURETTI:** presidiu a Comissão Julgadora do 8º Prêmio Abrasca e realizou palestra na cerimônia de entrega.

**LUZ PUBLICIDADE:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais.

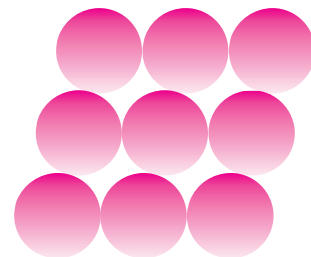
**MATTOS FILHO, VEIGA FILHO, MARREY JR. E QUIROGA ADVOGADOS:** a Abrasca publicou em seu boletim Sia & Cia artigo de autoria dos advogados Marcelo Paolini e Luiz Filipe.

**MOTTA, FERNANDES ROCHA ADVOGADOS:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais; a Abrasca publicou em seu boletim SIA & CIA artigo sobre as alterações da CVM na instalação do Conselho Fiscal nas companhias abertas.

**NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.:** apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

**OLIVEIRA TRUST:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais.

**PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais, o Anuário Estatístico das Companhias Abertas e o 8º Prêmio Abrasca Relatório Anual 2006; o presidente Alfried Plöger foi palestrante no “Seminário de Melhores Práticas de Divulgação de Informações”.



**PINHEIRO NETO ADVOGADOS:** a Abrasca publicou em seu boletim Sia & Cia artigo de autoria dos advogados Eduardo Paoliello Jr. e Gustavo Perez intitulado “Cautelas na divulgação de ofertas de valores mobiliários”; recebeu o Conselho Diretor da Abrasca no dia 5 de outubro de 2006.

**PLANO DIRETOR DO MERCADO DE CAPITALIS:** a Abrasca é uma das entidades da sociedade civil que se reuniram para defender um conjunto de ações em prol do mercado; o conselheiro da Abrasca, Thomás Tosta de Sá, é o coordenador do Plano; a Abrasca publicou documento com as principais diretrizes do Plano Diretor do Mercado de Capitais para 2006; instalou, a pedido da Abrasca, um Grupo de Trabalho sobre desconsideração da personalidade jurídica; a Abrasca participou das reuniões do Comitê Executivo e do CODEMEC; o presidente Alfried Plöger participou de palestra no painel “Reforma Tributária para o Alto Crescimento e Fortalecimento do Mercado de Capitais” no III Encontro do CODEMEC.

**PR NEWSWIRE – UNITED BUSINESS MEDIA:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais.

**PRICEWATERHOUSECOOPERS:** recebeu o Conselho Diretor da Abrasca no dia 27 de abril de 2006; apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

**REVISTA CAPITAL ABERTO:** apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

**REVISTA RAZÃO CONTÁBIL:** apoiou o 8º Prêmio Abrasca Relatório Anual 2006.

**CIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR:** apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

**SOUZA, CESCOP AVEISSIAN, BARRIEU E FLESCHE ADVOGADOS:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais.

**SOUZA CRUZ S.A.:** recebeu o Conselho Diretor da Abrasca em janeiro de 2006; apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

**SUZANO BAHIA PAPEL E CELULOSE S.A.:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais.

**TAM S.A.:** apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

**TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A. – TELEMAR:** apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

**TRENCH, ROSSI E WATANABE ADVOGADOS:** recebeu o Conselho Diretor da Abrasca em sua reunião de 9 de março de 2006.

**THE BANK OF NEW YORK:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais.

**TOMSON FINANCIAL:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais.

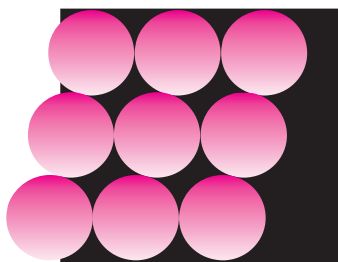
**UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais e o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

**VALOR ECONÔMICO:** apoiou o 8º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais.

## **CONSULTA À CVM SOBRE PUBLICAÇÃO DE FATO RELEVANTE NO BDI**

As companhias abertas enviam seus “fatos relevantes” para a Bovespa que os publica no BDI, Boletim Diário editado pela entidade que é reproduzido integralmente em jornal diário de grande circulação na cidade de São Paulo.

A questão que se apresenta é saber se, no entendimento da CVM, a publicação de fato relevante no BDI da Bovespa, e portanto em jornal diário de grande circulação em São Paulo, atende



plenamente à norma relativa à obrigatoriedade prevista na Instrução CVM nº 358/2002, desde que o jornal de grande circulação, aprovado e divulgado em ata da Assembléia Geral Ordinária da empresa, seja aquele no qual é reproduzido o BDI.

A Abrasca enviou uma consulta à CVM; segundo informações da Autarquia, a questão foi examinada, mas a resposta ainda não foi divulgada.

### **INTERCÂMBIO COM A AMEC – ASSOCIAÇÃO DE INVESTIDORES NO MERCADO DE CAPITAIS**

A Abrasca recebeu, como convidado especial em reunião do Conselho Diretor, o presidente da AMEC - Associação de Investidores no Mercado de Capitais, Luiz Fernando Figueiredo, para expor os objetivos da nova entidade. Disse que um grupo de fundos independentes tinha a intenção de montar uma associação que não conflitasse com nenhuma outra já existente. Nas primeiras negociações houve uma proposta de participação na ANBID. Tentou-se a Animec, mas sem sucesso e com a extinção desta última houve espaço para a criação da AMEC, que o presidente afirmou não ser sucessora da Animec.

O presidente da associação fixou alguns princípios básicos para a atuação da entidade. São eles: (a) proteção aos minoritários; (b) trabalho junto ao executivo e legislativo visando o interesse dos minoritários; (c) atividades visando o interesse dos minoritários; (d) não serão aceitos patrocínios que possam dar impressão de conflito de interesses; (e) não representam os minoritários em juízo, ou seja não processam; (f) incentivo ao uso do juízo arbitral para dirimir os conflitos e, por fim, (g) tentam resolver as questões apresentadas por meio de diálogo, orientando os minoritários, se for o caso.

### **AGENDA LEGISLATIVA DO MERCADO DE CAPITAIS**

A Agenda Legislativa que a Associação Brasileira das Companhias Abertas divulga é um documento construído a partir de manifestações das empresas associadas e constitui uma das principais atividades da entidade ao longo de sua jornada. Para atuação prioritária junto aos Poderes Legislativo e Executivo selecionamos os projetos que constam da lista abaixo.

**Projeto de Lei 2.550/00** – EMENTA: Dispõe sobre as ações ordinárias e preferenciais não reclamadas correspondentes a participação acionária em sociedades anônimas de capital aberto. RESUMO: Transfere para a propriedade da União as ações não reclamadas. ANDAMENTO: Projeto em trâmite no Senado com o número 119/05, aguardando realização de audiência pública na CAE. POSIÇÃO DA ABRASCA: Expropriação de ações nominativas em razão de desatualização de cadastro é inconstitucional, e portanto, inadmissível. A Abrasca produziu sugestão de substitutivo.

**Projeto de Lei 2.814/00** – EMENTA: Altera o art. 60 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, fixando limites para emissão de debêntures, sendo oitenta por cento do valor dos bens gravados, próprios ou de terceiros, com garantia real ou cem por cento do patrimônio líquido, nos demais casos. na hipótese de oferta pública a CVM poderá, justificadamente, fixar outros limites. RESUMO: Impede a emissão de debêntures sem garantia, que ultrapassem o patrimônio líquido da empresa. ANDAMENTO: Em 03/06/03, COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP). Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação publicado no DCD de 21/03/03, Letra A, pág 8.965, col 2. POSIÇÃO DA ABRASCA: A medida, sob o ponto de vista técnico do mercado de capitais e da distribuição de valores mobiliários é ineficaz e contraproducente e precisaria ser radicalmente aperfeiçoada. Da forma em que se apresenta, impede a utilização de debêntures em operações de securitização.

**Projeto de Lei 896/03** – EMENTA: Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 140 da Lei 6.404, para assegurar a participação dos trabalhadores na gestão das empresas regidas pela Lei das S.As. RESUMO: Obriga a eleição de um Conselheiro de Administração pelos empregados. ANDAMENTO: 23/06/2005: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) -

Designado Relator, Dep. Paulo Afonso (PMDB-SC). **POSIÇÃO DA ABRASCA:** O projeto exacerba conflitos de interesses, já que os trabalhadores são apenas uma das partes interessadas nas empresas. O projeto precisa de reformulação.

**Projeto de Lei 5.672/01 – EMENTA:** Elimina a permissão de dupla estrutura do capital, prevendo a existência de três classes de ações: ordinárias, de fruição e especiais e estabelece normas de transição, relativamente às ações preferenciais, dentre outras alterações. **RESUMO:** Impede a emissão de ações preferenciais e dá prazo para compulsoriamente transformar preferenciais em ordinárias. **ANDAMENTO:** Em 17/03/2005, Comissão de Finanças e Tributação (CFT) – Designado Relator, Dep. Fernando Coruja (PPS-SC). **POSIÇÃO DA ABRASCA:** Intervenção autoritária e violenta em atos jurídicos perfeitos praticados pelo mercado no passado. Na prática o próprio mercado tem desenvolvido mecanismos voluntários para resolver esta questão.

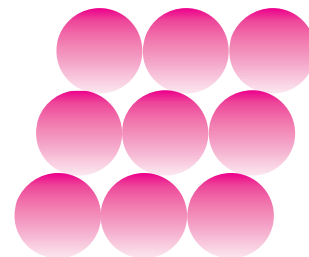
**Projeto de Lei 2.457/03 – EMENTA:** Aumenta para 90% (noventa por cento), pelo menos, o preço mínimo a ser pago pelas ações com direito a voto que não integram o “bloco de controle” de companhia aberta. Dispõe que a indicação de nomes de candidatos a membros do Conselho de Administração seja feita pelos acionistas minoritários que detenham maior participação no capital social. **RESUMO:** Aumenta o tag along de 80% para 90%, e dá aos minoritários poder de indicar candidatos ao Conselho de Administração. **ANDAMENTO:** Em 20/10/2005, COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP). À CFT o Ofício SGM 1.942/05 comunicando a transferência ao Plenário da competência para apreciação deste. Cópia à CCJC. **PROPOSTA DA ABRASCA:** A matéria foi objeto de alteração pela Lei 10.303 há 5 anos. A lei societária é o marco regulatório fundamental do mercado acionário, e não deve ser alterada com frequência. Atribuir maior poder à minoria contraria a essência do sistema em que se baseiam as sociedades por ações.

**Projeto de Lei 1.129/03 – EMENTA:** Revogando dispositivos que isentam do imposto de renda os lucros e dividendos distribuídos aos sócios acionistas. **RESUMO:** Cria IR fonte sobre dividendos. **ANDAMENTO:** Em 24/05/2003, COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP). Ao Arquivo – Memorando nº 113/06. **POSIÇÃO DA ABRASCA:** O projeto agrava a iniquidade tributária contra investimento produtivo mediante subscrição de ações.

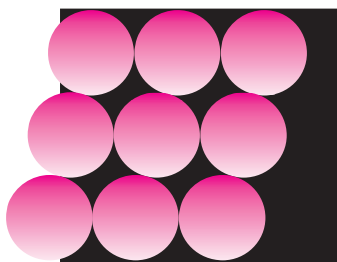
**Projeto de Lei 32/99 – EMENTA:** Cria balanço social para as empresas que menciona. **RESUMO:** Obriga a elaboração de balanço social para empresas privadas com mais de cem funcionários. E regula o modelo de balanço. **ANDAMENTO:** Em 11/11/2004, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC), rel. Dep. Reginaldo Lopes (PT/MG). Aprovado requerimento do Sr. Reginaldo Lopes que propõe a realização de audiência pública, para discutir o Projeto de Lei nº 32/99, do Sr. Paulo Rocha – que “cria o balanço social para as empresas que menciona e dá outras providências”. **POSIÇÃO DA ABRASCA:** Não recomendável a adoção de um padrão único para o balanço social. Tais demonstrações devem continuar sendo voluntárias.

**Projeto de Lei 7.244/02 – EMENTA:** Incluindo como Crime contra o Mercado de Capitais a inserção de elemento falso em demonstrativo contábil de companhia aberta. **RESUMO:** Criminaliza elemento falso em demonstração contábil de companhia aberta. **ANDAMENTO:** Em 28/10/04, CJC, rel. Dep. Vimar Rocha (PFL/GO). Parecer do Relator, Dep. Vilmar Rocha, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo. **POSIÇÃO DA ABRASCA:** As Companhias já tem responsabilidade legal sobre as demonstrações.

**Projeto de Lei 4.765/05 – EMENTA:** Altera a legislação tributária, dispõe sobre a apuração do imposto de renda pelo lucro presumido, e dá outras providências. **RESUMO:** Atualizando os valores do limite de receita para a apuração do lucro presumido e aumentando a alíquota do imposto de renda na fonte incidente sobre o pagamento dos juros sobre o capital próprio. **ANDAMENTO:** 09/05/2006, Comissão de Finanças e Tributação (CFT) – Devolvido ao Relator, Dep. André Figueiredo (PDT-CE). **POSIÇÃO DA ABRASCA:** O projeto agrava a iniquidade tributária contra investimento produtivo mediante subscrição de ações, tornando-o tributariamente mais oneroso do que já é com relação à captação de recursos via instrumentos de dívida.







**Projeto de Lei 5.877/05** – EMENTA: Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências. **RESUMO:** Reestruturando o SBDC - Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, que será formado pelo CADE e pela SEAE - Secretaria de Acompanhamento Econômico, revogando dispositivos da Lei nº 8.884, de 1994 (Lei de Defesa da Concorrência). **ANDAMENTO:** 37/10/05, Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) – Apense-se à (ao) PL 3.937/2004. Deferido o Requerimento nº 3.274 do Dep. Eduardo Cadoca (PMDB/PE), determinando esta apensação. **POSIÇÃO DA ABRASCA:** A Abrasca apresentou propostas para melhorar a rapidez e a eficiência do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

**Projeto de Lei 3.741/00** – EMENTA: Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, define e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e publicação de demonstrações contábeis e dispõe sobre os requisitos de qualificação de entidades de estudo e divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e auditoria como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. **RESUMO:** Altera a parte contábil da Lei das S.A.. **ANDAMENTO:** Em 12/06/06: Apresentado o Parecer do relator Dep. Armando Monteiro (PTB/PE). **POSIÇÃO DA ABRASCA:** A Abrasca apóia em linhas gerais o parecer apresentado pelo relator na Comissão de Finanças e Tributação.

**Projeto de Lei 214/06** – EMENTA: Altera a redação do § 1º art. 111 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para estabelecer a aquisição do direito de voto pelos titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com limitação desse direito, no caso de não-pagamento de dividendos pelo prazo de três exercícios consecutivos. **RESUMO:** O projeto amplia o escopo do dispositivo da Lei societária para estabelecer que os titulares das ações preferenciais sem direito a voto passarão a ter essa prerrogativa se a companhia, pelo prazo de 3 exercícios consecutivos, não lhes pagar nenhum dividendo. **ANDAMENTO:** Em 29/08/2006: CAE – Comissão de Assuntos Econômicos. Devolvido pelo Relator, Senador José Agripino (PFL/RN), com minuta de relatório favorável ao Projeto. **POSIÇÃO DA ABRASCA:** A Abrasca é contra o projeto, porque altera contratos juridicamente perfeitos já celebrados que são direitos estabelecidos em estatutos para os acionistas das companhias.

## NOVO MODELO PREVIDENCIÁRIO

A reforma da Previdência Social tem sido objeto de estudos entre as entidades do mercado de capitais, pois se trata de um dos mais importantes sorvedouros da poupança nacional. A Abrasca criou a Comissão de Reforma da Previdência para ter condições de melhor acompanhar o assunto. Em boa hora, o Plano Diretor do Mercado de Capitais tomou a iniciativa de encomendar estudos sobre o tema à FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, ligada à USP. Após aprovado pelas entidades que integram o Comitê Executivo do Plano Diretor, a idéia é apresentar a proposta, como contribuição das entidades do mercado de capitais, às autoridades e lideranças importantes.

O “road show” de apresentação da proposta do novo modelo previdenciário é coordenado pelo ex-ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, José Cechin.

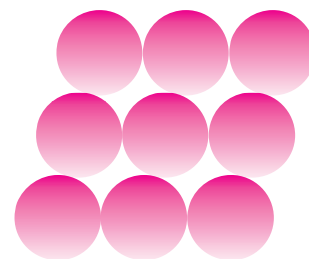
## CVM INSTALA COMITÊ PARA ATUAR NA ÁREA DE PROJETOS EDUCACIONAIS

A CVM divulgou a Deliberação nº 498, de 24 de janeiro de 2006, que cria o Comitê Consultivo de Educação, constituído por representantes da própria Autarquia e de diversos órgãos do mercado de capitais, como membros permanentes, entre eles a ABRASCA.

O Comitê pretende atuar propondo ou apoiando projetos educacionais que contribuam para o desenvolvimento do mercado de capitais, opinando sobre iniciativas de outras entidades no

sentido de aprimorá-las, sugerindo medidas para fortalecer a compreensão dos investidores sobre seus direitos e propondo medidas de cooperação com entidades nacionais ou estrangeiras.

A Abrasca atendeu prontamente à solicitação da CVM, indicando como seus representantes os Srs. Antonio Duarte Carvalho de Castro, 1º vice-presidente, e Daniela Tinoco, membro da COMEC – Comissão de Mercado de Capitais da Abrasca.



## **ABRASCA PARTICIPA DO PROGRAMA TOP – TREINANDO OS PROFESSORES**

O Comitê Consultivo de Educação da CVM, composto por diversas instituições do mercado, inclusive a Abrasca, lançou a 1ª edição do Programa TOP – Treinando os Professores, em São Paulo, no período de 10 a 14 de julho de 2006, em tempo integral no horário de 08h30 às 18h.

Os objetivos principais do Programa foram: (1) promover a atualização dos conhecimentos sobre o mercado de capitais; (2) criar um canal plenamente de comunicação e relacionamento entre as instituições do mercado e os professores que atenderam ao Programa; e (3) contribuir para o desenvolvimento de multiplicadores que repassem aos alunos as informações recebidas.

Assim, as instituições que integram o Programa fizeram apresentações sobre suas atividades e outros temas relevantes, cabendo à Abrasca o período de 14h às 16h20 do dia 13 de julho de 2006, para um grupo de cerca de 60 professores universitários.

As apresentações ficaram a cargo do 1º vice-presidente da Abrasca, Antonio Castro, do diretor da Abrasca e presidente do Comitê Coordenador do Plano Diretor do Mercado de Capitais, Thomás Tosta de Sá, e do superintendente geral da Abrasca, Eduardo Lucano da Ponte.

## **MINISTRO FURLAN ABRIU O 8º ENCONTRO NACIONAL DE RI E MERCADO DE CAPITAIS**

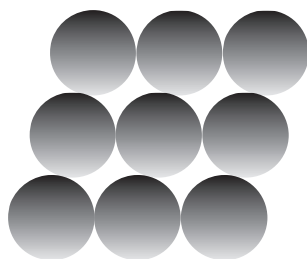
Luiz Fernando Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e ex-presidente da Abrasca, abriu o 8º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, organizado pela Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas) e pelo IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) no Hotel Gran Meliá Mofarrej, em São Paulo.

O ministro afirmou que, apesar das recentes turbulências, o mercado de capitais brasileiro é “forte e dinâmico” e tem contribuído para a geração de empregos. Segundo ele, cada vez mais companhias estão abrindo o capital e têm conseguido a classificação de risco “grau de investimento”. Furlan declarou também que a participação de empresas brasileiras em eventos externos – como o “Brazil Day” – colabora para evidenciar de maneira positiva o país no exterior. Ele elogiou a tendência no mercado de capitais de profissionalização nos Conselhos de Administração e adoção de melhores práticas de governança corporativa.

O 8º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, principal evento de profissionais do Mercado de Capitais e de RI na América Latina, aconteceu nos dias 5 e 6 de junho, com número recorde de inscrições. Promovido pela ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas) e IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores), em conjunto, teve como sede o Hotel Gran Meliá Mofarrej, em São Paulo.

Nos dois dias do evento, 750 pessoas, entre executivos, dirigentes, empresários, representantes dos órgãos reguladores brasileiros, além de especialistas e consultores dos temas de maior destaque do Mercado de Capitais e RI estiveram presentes.

No centro das discussões foram abordados os cinco princípios básicos da governança corporativa, essenciais para o desenvolvimento do mercado, de acordo com parâmetros preconizados pelas entidades organizadoras. São eles: “Transparência”, “Equidade”, “Meritocracia”, “Prestação de Contas” e “Sustentabilidade”.



## **CEMIG E VCP DIVIDEM PRÊMIO ABRASCA DE MELHOR RELATÓRIO ANUAL**

No dia 17 de outubro de 2006, foi realizada a cerimônia de entrega do prêmio Abrasca de melhor relatório anual referente ao ano de 2005, na opinião de uma Comissão Julgadora composta de experientes profissionais indicados pelas seguintes instituições: ANEFAC, APIMEC Nacional, APIMEC São Paulo, Bovespa, IBEF São Paulo, IBGC, Ibracon São Paulo e IBRI, sob a coordenação da Abrasca.

A Votorantim Celulose e Papel (VCP) e a Cemig venceram o prêmio na categoria companhias abertas: é a primeira vez, em oito edições, que duas empresas conseguem o mesmo número de pontos, dividindo o 1º lugar.

Sadia, Duratex, CSN e Vale do Rio Doce completaram o quadro dos melhores relatórios, segundo a Comissão Julgadora, ficando com o segundo, terceiro, quarto e quinto lugares.

Entre as empresas fechadas, a vencedora foi a SERASA, seguida por Santander Banespa e Petroquímica Triunfo.

## **EVENTOS PROMOVIDOS PELA ABRASCA**

- Almoço de confraternização com a imprensa e parceiros de 2006 – 05/12/06 – São Paulo;
- Almoço de confraternização com a imprensa e parceiros de 2006 – 30/11/06 – Rio de Janeiro;
- Entrega do 8º Prêmio Abrasca: Melhor Relatório Anual / 11º Seminário “Relatório Anual” – 17/10/06 – São Paulo;
- Seminário “Desconsideração da Personalidade Jurídica” – 21/08/06 – Brasília;
- Lançamento do Anuário Estatístico das Cias. Abertas, edição 2006 – 06/06/06 – São Paulo;
- VIII Encontro Nac. de Rel. com Investidores e Mercado de Capitais – 05 e 06/06/06 – São Paulo;
- Seminário “Assembléia Geral Ordinária 2006: novos procedimentos” – 23/03/06 – São Paulo.

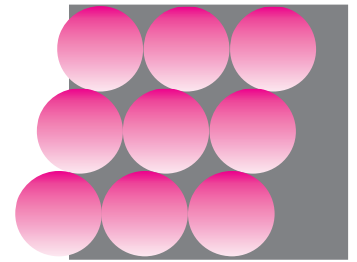
## **ADESÕES DE ASSOCIADAS**

- Banco Nossa Caixa
- CPFL Energia S.A.
- Beta Securitizadora
- Arcelor Brasil S.A.
- Tim Participações S.A.
- Cia. de Saneamento de Minas Gerais – Copasa S.A.
- Vivax S.A.
- Totvs S.A.
- Cia. Petroquímica do Sul – Copesul
- CSU Cardsystem S.A.
- Oliveira Trust DTVM S.A.
- Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.
- Abyara Planejamento Imobiliário S.A.
- Bocater, Camargo, Costa e Silva Advogados Associados
- CPM S.A.
- MMX Mineração e Metálicos S.A.
- The Global Consulting Group

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/DEZ/2006 E DE 2005

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

	2006	2005		2006	2005
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e bancos	21.972	64.529	Fornecedores	3.348	
Aplicações financeiras	270.873	396.353	Contribuições sociais	7.272	7.140
Contribuições a receber	23.029		Obrigações tributárias	604	2.131
Imposto a recuperar	928	510	Provisão de férias	29.873	29.930
Adiantamentos de salários e outros	33	4.078	Cursos		173.201
Cursos	1.200		Contribuições a apropriar	151.644	150.854
Total do Circulante	318.035	465.470	Total do Circulante	192.741	363.256
<b>NÃO CIRCULANTE PERMANENTE</b>			<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		
Investimentos	1	1.889	Patrimônio Social	141.162	122.546
Imobilizado	32.203	37.059	Superávit do Exercício	16.336	18.616
Total do Não Circulante	32.204	38.948	Total do Patrimônio Social	157.498	141.162
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u>350.239</u>	<u>504.418</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIM. SOCIAL</b>	<u>350.239</u>	<u>504.418</u>



### DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

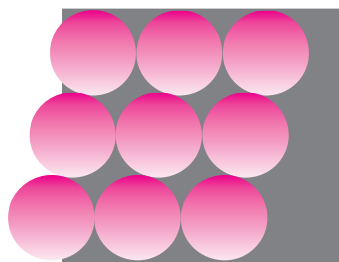
	2006	2005
<b>RECEITAS ORDINÁRIAS</b>		
Mensalidades	1.102.471	1.025.467
Outras contribuições	80.535	72.565
	<u>1.183.006</u>	<u>1.098.032</u>
<b>DESPESAS ORDINÁRIAS</b>		
Pessoal	(372.406)	(338.860)
Coordenação administrativa	(245.639)	(230.364)
Assessoria	(110.140)	(96.626)
Outras despesas administrativas	(118.245)	(120.115)
Comunicação	(64.574)	(62.445)
Viagens	(70.967)	(62.938)
Aluguéis	(65.363)	(63.961)
Manutenção e equipamentos	(21.934)	(24.504)
Depreciações	(9.389)	(9.732)
Despesas tributárias	(21.930)	(10.925)
Despesas financeiras	(3.513)	(25.685)
Receitas financeiras	77.893	97.498
Outras despesas gerais	(92.710)	(78.768)
	<u>(1.118.917)</u>	<u>(1.027.425)</u>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		
Despesas com publicações	(47.753)	(51.991)
	<u>(47.753)</u>	<u>(51.991)</u>
<b>SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>	<u>16.336</u>	<u>18.616</u>

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL (Em reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2004	89.806	32.740	122.546
Transferência do superávit acumulado	32.740	(32.740)	
Superávit do exercício		18.616	18.616
Em 31 de dezembro de 2005	122.546	18.616	141.162
Transferência do superávit acumulado	18.616	(18.616)	
Superávit do exercício		16.336	16.336
Em 31 de dezembro de 2006	<u>141.162</u>	<u>16.336</u>	<u>157.498</u>

### DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

	2006	2005
<b>ORIGENS</b>		
Das operações		
Superávit do exercício	16.336	18.616
Despesas que não afetam o capital circulante		
■ Depreciação	9.389	9.732
Provisão para perda de investimento	1.888	
Provisão de direito de uso linha telefônica	3.002	
Superávit ajustado	30.615	28.348
<b>TOTAL DAS ORIGENS</b>	<u>30.615</u>	<u>28.348</u>
<b>APLICAÇÕES:</b>		
Aumento do imobilizado	7.535	16.608
Ajuste de exercício anterior		
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES</b>	<u>7.535</u>	<u>16.608</u>
<b>AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE</b>	<u>23.080</u>	<u>11.740</u>

**VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO**

Ativo circulante:

■ No final do exercício	318.035	465.470
■ No início do exercício	465.470	268.105
	<u>(147.435)</u>	<u>197.365</u>

Passivo circulante:

■ No final do exercício	192.741	363.256
■ No início do exercício	363.256	177.631
	<u>(170.515)</u>	<u>185.625</u>

**AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE**

	<u>23.080</u>	<u>11.740</u>
--	---------------	---------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/DEZ/2006 E DE 2005 (Em reais)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas, entidade sem finalidade de lucro, foi constituída em 21 de dezembro de 1971. São objetivos da Associação: a) Colaborar com os poderes públicos competentes, no aperfeiçoamento das medidas disciplinares do mercado de capitais e no que for de interesse geral das associadas; b) Colaborar com as entidades públicas e privadas vinculadas ao mercado de capitais, no aperfeiçoamento dos sistemas e atos relacionados com a emissão, distribuição, intermediação e circulação de valores mobiliários ou títulos emitidos pelas associadas e quaisquer direitos a eles relativos; c) Participar, junto à Bolsa de Valores, na indicação dos representantes das Companhias Abertas nos Conselhos ou outros órgãos daquelas entidades; d) Promover e fomentar a troca, entre as associadas, de informações, experiências e técnicas; e) Realizar ou fazer realizar estudos, investigações e pesquisas técnicas e administrativas; f) Acompanhar a evolução do direito do mercado de capitais no país e no estrangeiro; g) Coletar e divulgar informações e dados de interesse do mercado de capitais; h) Representar as Companhias Abertas, na forma permitida em lei, junto aos órgãos públicos do país ou quaisquer outras entidades públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras, em assuntos relativos aos fins sociais; i) Divulgar, debater e promover o mercado de capitais ou a economia de mercado em sentido amplo junto a empresas não associadas e ao público em geral, que poderão participar de eventos, cursos, seminários e de outras atividades promovidas pela Associação; j) Estabelecer convênios com outras entidades sem fins lucrativos para a realização de atividades que visem alcançar os objetivos da Associação; k) Colocar à disposição de outras entidades sem fins lucrativos, os serviços prestados nas suas finalidades institucionais.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas disposições das Normas Técnicas Brasileiras de Contabilidade, promulgadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Convergindo com as práticas contábeis internacionais, o IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil aprovou o pronunciamento, nº 27/2005, que estabelece novos padrões de apresentação e divulgação de demonstrações contábeis. Conforme o referido pronunciamento o ativo deve ser classificado em "Circulante" e "Não Circulante" sendo este último desdobrado em realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado, intangível e diferido. O passivo deve ser classificado em "Circulante" e "Não Circulante". Os saldos do balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram reclassificados para atendimento a comparabilidade dos exercícios.

**3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**

**3.1. Regime de apuração do resultado** - A Associação utiliza o regime de competência dos exercícios para registro de suas operações.

**3.2. Ativos e passivos circulantes** - Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos, os encargos e variações monetárias até a data do balanço.

**3.3. Aplicações financeiras** - As aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são calculados com base na taxa efetiva de aplicação e registrados em conta de receitas financeiras.

**3.4. Ativo imobilizado** - Demonstrado ao custo corrigido monetariamente, até 31 de dezembro de 1995, sendo ainda o imobilizado depreciado pelo método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

**3.5. Provisão de férias** - Provisão constituída com base na remuneração dos empregados da Associação e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, incluindo os encargos sociais correspondentes.

**4. CAIXA E BANCOS**

Em 31 de dezembro as disponibilidades da Abrasca estão representadas por recursos em moeda nacional, depositados junto às instituições financeiras operantes no país.

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Bradesco S.A. - Rio de Janeiro	9.453	63.768
Banco do Brasil - São Paulo	70	469
Bradesco S.A. - São Paulo	12.376	292
SAFRA - Rio de Janeiro	73	
	<u>21.972</u>	<u>64.529</u>

**5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Fundos de aplicação financeira

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
■ Safra S.A.	167.521	199.439
■ Concórdia	65.806	163.088
■ Sudameris do Brasil S.A.	19.207	17.172
■ Bradesco S.A. - São Paulo	16.467	14.876
■ Bradesco S.A. - Rio de Janeiro	1.872	1.778
	<u>270.873</u>	<u>396.353</u>

**6. IMOBILIZADO**

			<u>2006</u>		<u>2005</u>
	Taxa anual de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Total	
Máquinas e equipamentos	10%	51.585	(42.424)	9.161	11.685
Computadores e acessórios	10% e 20%	132.770	(112.816)	19.954	18.097
Móveis e utensílios	10%	13.423	(11.901)	1.522	1.957
Software	20%	3.933	(2.806)	1.127	1.739
Instalações	10%	8.507	(8.067)	440	581
Direito de uso de telefone		16.304		16.304	16.304
		226.522	(178.014)	48.508	50.363
		<u>(16.304)</u>		<u>(16.304)</u>	<u>(13.304)</u>
		<u>210.218</u>	<u>(178.014)</u>	<u>32.204</u>	<u>37.059</u>
Provisão para perdas - telefone					

## 7. CONTRIBUIÇÕES A APROPRIAR

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Outras contribuições	151.644	150.884
	<u>151.644</u>	<u>150.884</u>

Registra as contribuições dos associados a apropriar recebidas antecipadamente correspondentes à trimestralidade, semestralidade e anualidade que são transferidas para o resultado de acordo com o período de competência.

## 8. RECEITAS ORDINÁRIAS

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Mensalidades	1.102.471	1.025.467
Outras contribuições	80.535	72.565
	<u>1.183.006</u>	<u>1.098.032</u>

Registra as contribuições dos associados referentes a cursos, eventos, seminários, e outras atividades promovidas pela Associação.

## 9. COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Registra os gastos com prestação de serviços para o planejamento, organização, execução e coordenação da Associação no montante de R\$ 245.639 (R\$ 230.364 em 2005).

## 10. ASSESSORIA

Registra os gastos com assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação no montante de R\$ 110.140 (R\$ 96.626 em 2005).

## 11. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Assessoria tributária	(15.300)	(14.042)
Assessoria jurídica	(48.084)	(29.160)
Assessoria CRSFN	(7.290)	(34.160)
Coordenação de eventos	(15.626)	(14.999)
Processamento de dados	(24.446)	(21.795)
Outros	(7.499)	(5.959)
	<u>(118.245)</u>	<u>(120.115)</u>

Registram os gastos com assessorias, coordenação de eventos, processamentos de dados e demais despesas inerentes à administração da Associação.

## 12. OUTRAS DESPESAS GERAIS

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Almoço e reuniões	(9.132)	(14.334)
Manutenção e conservação	(14.573)	(13.951)
Luz e água	(10.794)	(9.183)
Despesas com associações	(22.561)	(8.703)
Serviços gráficos	(6.721)	(7.867)
Material de escritório	(9.894)	(6.086)
Transporte	(3.477)	(4.471)
Material de limpeza	(2.376)	(3.297)
Livros, jornais e revistas	(3.204)	(2.744)
Copa e cozinha	(2.785)	(2.478)
Cópias e reproduções	(2.667)	(1.596)
Serviços de entrega	(1.555)	(919)
Aluguel de equipamentos		(105)
Representações	(24)	(34)
Taxas diversas	(4)	
Outros	(2.943)	(3.000)
	<u>(92.710)</u>	<u>(78.768)</u>

## 13. SEGUROS

É política da instituição manter cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e associados  
ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas

1. Examinamos os balanços patrimoniais da ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas, em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam; (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da associação; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da associação, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas, em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio social e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2007.

Mateus de Lima Soares – Sócio-Contador – CRC 1RJ-079681/0-0  
BDO Trevisan Auditores Independentes – CRC 2SP013439/0-5 “S” RJ

**BDO**  
BDO Trevisan

